

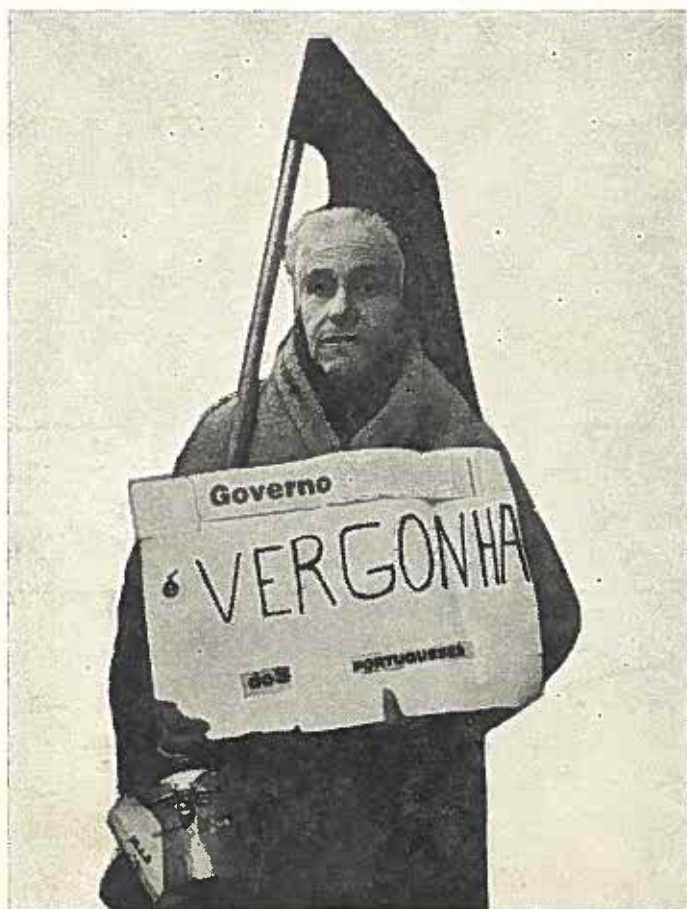
REVISTA

N.º 14 / 16 - Setembro / 8

TÉCNICA DO

RABALHO

DIREITO · ECONOMIA · MEDICINA · PREVIDÊNCIA · SEGURANÇA



OS SALARIOS PROFISSIONAIS LIDER — o caso português

por CARLOS PIMENTA

1. Estudar as determinantes dos níveis salariais e das suas evoluções na sociedade portuguesa não é um mero trabalho académico desinserido da prática de transformação social. Dizer simplisticamente «o que interessa é a actuação e deixemos a compreensão desta para quem não tem mais nada que fazer», ou qualquer outra afirmação do mesmo teor, seria o mesmo que expressar a desnecessidade de estudar as leis do movimento da Terra e do Sol porque mesmo desconhecendo-as os dias e as noites suceder-se-iam.

Os homens fazem a história mas as leis objectivas da sociedade condicionam e moldam os comportamentos das classes sociais e dos seus membros. Por isso, conhecer profundamente todos os problemas relacionados com os salários é um imperativo para as estruturas defensoras dos trabalhadores. Imperativo imposto pela necessidade revolucionária de adequar a prática às condições objectivas de cada momento e pela obrigatoria intervenção na luta ideológica — particularmente viva no actual período de crise mundial capitalista em que os ideólogos do poder procuram encobrir a responsabilidade do próprio sistema social pela culpabilização dos trabalhadores. Indispensável porque o profundo conhecimento da realidade actual é um garante para uma política adequada no período de transição ao socialismo e na construção deste. Certamente que então a problemática será diferente, novas situações surgirão exigindo uma interpretação e correspondente intervenção, mas o conhecimento da dinâmica anterior não é despendendo.

2. Neste artigo procuraremos analisar um pouco o caminho percorrido, abordar uma problemática nova para a realidade portuguesa e mostrar que muito há a percorrer para dominarmos integralmente o assunto.

Assim, num primeiro capítulo, olhamos para trás e tentamos sintetizar o que tem sido feito na explicação dos salários em Portugal. Uma primeira hipótese seria pela mera referência aos temas, remetendo o leitor para as obras específicas apontadas na bibliografia. Contudo, isso dificultaria a leitura e não permitiria atingir um dos grandes objectivos deste pequeno trabalho: fornecer uma visão de conjunto antes de entrarmos na abordagem de um tema específico, eventualmente não essencial, para a explicação da dinâmica salarial nacional. Por isso esse capítulo ainda nos vai ocupar algumas páginas.

Com essa apreciação global do fenómeno salarial na nossa sociedade estamos, pois, em condições de abordar o tema que dá o título a este

artigo. Então não correremos o risco de tomar a árvore pela floresta nem de não ver aquela. Essa problemática, frequentemente abordada por autores estrangeiros — as mais das vezes de uma forma meramente expositiva — e pouco estudada em Portugal, será objecto de uma abordagem teórica e empírica, constituindo o conteúdo do segundo capítulo.

Este artigo é tão inacabado quanto o estudo destes assuntos. Por isso, preferimos terminá-lo com uma inventariação de temas que exigem um labor futuro, indissociável de uma prática social. Que junto a algumas certezas e a uma coerência teórica global fique ao leitor a preocupação do muito que não ficou a saber.

3. O estudo da realidade portuguesa exige o manuseamento de um enorme manancial de dados. Para tentarmos dar uma ideia mais precisa diremos que o estudo da existência ou não de salários profissionais líder exigiram a compilação de 5.040 dados referentes a salários na cidade de Lisboa (amostra escolhida), a sua transformação em 27.216 outras informações estatísticas e foi sobre estas que incidiu a nossa atenção, exigindo cerca de 1.700 operações de relacionamento entre variáveis, processadas em mais de 30 horas de funcionamento efectivo da memória central de computador.

Daqui queremos concluir que tais estudos quantificados são, hoje, inviáveis sem o recurso a métodos de tratamento estatístico e matemático. A econometria não pode, porque não deve, substituir a economia política ou ocupar o seu corpo central. Continua sendo dela um instrumento auxiliar, e muito importante. Contudo, o aparecimento de fórmulas matemáticas num trabalho como este, mesmo que se tenha a preocupação de interpretá-las e tornar o artigo acessível a qualquer leitor, provoca, normalmente, uma reacção quase visceral de passar à frente sem ler.

Tentamos conciliar todos estes aspectos remetendo para um anexo, cuja leitura só é imperativa para quem quiser aprofundar ou precisar as afirmações contidas no texto, todas as referências ao tratamento econométrico. Os quadros estatísticos que eventualmente sejam elucidativos também serão integrados aí.

I. SÍNTESE DOS ESTUDOS REALIZADOS PARA A DETERMINAÇÃO DOS SALÁRIOS

4. Quando se inventariam os estudos realizados em torno da problemática salarial temos que ter o cuidado de não cingirmos a nossa pesquisa aos trabalhos que dizem expressamente que abordam essa questão. O salário é, como veremos, uma categoria de síntese. Por isso vamos encontrar abordagens de aspectos da realidade portuguesa, que embora podendo não estudar directamente os salários, constituem temas importantes para a compreensão destes.

E esses estudos têm-se enquadrado em três ciências sociais: a Economia Política, a Sociologia e a História. Elaborados com metodologias e concepções teóricas diferentes, abordando questões muito díspares — desde a descrição do salário feminino à elaboração de modelos globais, desde sínteses das lutas operárias antes da República à descrição de movimentos reivindicativos recentes, desde interpretação de comportamentos dos trabalhadores em empresas específicas à descrição do movimento das forças sociais e políticas nacionais — são um material que espera um trabalho interdisciplinar renovador e reinterpretador.

Um traço comum parece-nos ser o carácter parcelar das investigações realizadas, um descambar para o empiricismo com a consequente querela em torno de falsos problemas ou de questões mal colocadas, uma inadequação da teoria à prática social presente e futura e, como já salientámos, uma desarticulação entre esses dois corpos indissolivelmente ligados no processo de transformação social. Com isto não pretendemos negar a importância das investigações parciais, a abordagem exaustiva de áreas do conhecimento muito restritas. Fazê-lo seria negar uma grande parte do nosso próprio labor e mesmo este artigo, mas não podemos deixar de chamar a atenção para a imperiosidade de integrar essas pesquisas em modelos globais. Só estes dão verdadeiro sentido ao parcelar.

5. Abordaremos exclusivamente os trabalhos realizados no campo da Economia Política e incidindo directamente sobre os salários. E, mesmo aí não seremos exaustivos.

A falta de liberdade durante os longos anos de fascismo, o atraso da investigação científica em geral no nosso país e a escassez de informação estatística sobre muitas variáveis fundamentais (refira-se a título de exemplo: dados sobre oferta e procura de trabalho só existem desde 1968, índices de produtividade continuam a não existir) têm contribuído para o carácter ainda bastante primário do caminho percorrido. No entanto, alguns passos importantes têm sido dados.

Síntese de algumas investigações

6. Diversos trabalhos realizados têm um pendor essencialmente descritivo, eventualmente completado por um primeiro conjunto de observações interpretativas. Assim, por exemplo:

— Em (Silva, 27) ⁽¹⁾ descreve-se a estrutura dos salários na indústria transformadora na primeira metade da década de «50». Começando por analisar a importância dos salários e dos assalariados na economia portuguesa, quantifica o salário médio por dia de trabalho por sectores, distritos

(1) O número a seguir ao nome indica a ordem em que se encontra na bibliografia no fim do artigo.

e sexos e procura obter algumas conclusões, das quais destacariamos duas: a) «é realmente grande a dispersão dos salários não só dentro da mesma indústria como até dentro da mesma empresa. É uma das características do salário da indústria em Portugal: uma grande amplitude no intervalo cujos extremos são o mínimo salário e o máximo» (p. 44); b) a elevada correlação positiva entre o equipamento — indicador da produtividade do trabalho — e o salário num conjunto de sectores da indústria considerados num determinado momento.

— em (Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, 7) faz-se uma recolha de quase toda a informação estatística existente sobre salários para a década de «60», não se avançando qualquer singela descrição do grande manancial de dados apresentados.

— em (Carvalho, 5) analisam-se as diferenças salariais por sexos em 1970 através da leitura da informação estatística, apresentando aqui e além algumas hipóteses interpretativas, por testar: a) a maior frequência do absentismo feminino para justificar níveis salariais mais baixos; b) «pensa-se, no entanto, que as verdadeiras razões residem nas condições estruturais do mercado de trabalho da mão-de-obra feminina — que é francamente excedentária — e na falta de participação activa da mulher na vida sindical para defesa dos seus interesses» (p. 83).

— em (Carvalho, 4) analisa-se a distribuição do rendimento (o que tem um conteúdo mais amplo que a questão salarial) entre o sector agrícola e os restantes, dedicando particular atenção à Previdência, no fim da década de «60» e início da seguinte, concluindo-se pela situação de desfavor em que se encontram os assalariados rurais e o seu agravamento.

— em (Marcelino, aavv, 12) analisam-se as diferenciações salariais no período Janeiro 1974 a Janeiro 1975, donde se retiram algumas constatações: a) a dispersão distrital dos salários é menor que a sectorial; b) a fixação do salário mínimo nacional atingiu, sobretudo, a população trabalhadora feminina; c) «existiu uma certa tendência no sentido de serem os sectores de baixos salários médios a registarem os maiores acréscimos salariais e vice-versa» (p. 20).

— em (Pimenta, aavv, 22) analisa-se a partilha do rendimento na primeira metade da década de «70» para o conjunto do país e por sectores de actividade da indústria transformadora com uma informação estatística bastante exaustiva. Entre as constatações salientariamos que tanto para o conjunto da economia como para a maioria dos sectores verifica-se a existência ao longo do tempo de uma relação positiva entre salários e produtividade, mas que num corte inter-sectores verifica-se que «a partilha entre Capital e Trabalho 'explica' 70 % da evolução da variação marginal do salário em relação à produtividade, variando este em sentido inverso. isto é, quanto menos favorável para o capital é a partilha do valor novo criado maior é a variação marginal do salário em relação à produtividade» (p. 154).

— em (Leitão, aavv, 10) analisa-se para o período posterior à Revolução Portuguesa as disparidades sectoriais e regionais dos salários, con-

cluindo-se pela redução do leque em qualquer dos dois critérios de diferenciação salarial, assim como pela sua redução entre sexos. Chama-se a atenção para as diferenças regionais de salário serem essencialmente a expressão da diferente implantação das actividades económicas no território. Recorre ao salário mínimo nacional para explicar a redução do leque salarial.

— em (Moreira, aavv, 13) sistematizam-se muitas informações legais e de regulamentação colectiva de trabalho desde o início da década de «70» até agora, quantificando os seus impactos salariais.

E a lista dos trabalhos deste pendor poderia continuar. A sua importância é muito diversa, a riqueza da informação fornecida e da sua leitura também, os períodos a que se reportam e as desagregações a que procedem tornam muito difíceis, senão impossíveis, as leituras globais, as comparações a extracção de conclusões gerais, mesmo que de teor empírico.

Por isso, apesar da importância destes trabalhos — são uma fonte informativa necessária para certa prática, são um ponto de partida para estudos mais vastos ou para a constatação de eventuais relações de causalidade — eles são insuficientes. Não basta saber que os salários ou as remunerações distribuem-se de determinada forma ou evoluem a um certo ritmo. É indispensável conhecer que factores é que fizeram com que isso acontecesse numa determinada sociedade e num certo período. A explicitação dessas variáveis «causais» já permitirá unificar, numa primeira aproximação, o material disperso.

7. É nesse sentido que se orientam diversos outros trabalhos que procuram relacionar níveis salariais e variações de salários com *níveis de emprego*.

— (Murteira, 14) verifica a não existência de «associação estatística que se possa considerar significativa entre a evolução do emprego e dos salários ou a evolução do emprego e as diferenciações de salários por indústrias no período» (p. 168) de 1953/64.

produtividade

— também em (Murteira, 14) se analisa o problema e se conclui, entre outros aspectos, que «a aceleração no aumento dos salários por efeito da aceleração da produtividade seria maior nas indústrias tradicionais que nas modernas».

— em (Santos, 26) relacionando-se índices de salários e índices de produtividade na indústria transformadora para o período 1963/76 conclui-se: «na generalidade dos casos a relação ensaiada não possui uma consistência decisiva, registando-se, mesmo, um número apreciável de sectores onde ela é pura e simplesmente inexistente ou carecida de significado» (p. 72), corroborando, no entanto, a tese do autor anterior.

— em (Almeida, 2) a inclusão da variável «encargos em bens de equipamento por trabalhador», indicador indirecto da produtividade, aumenta a informação sobre as determinantes do salário médio inter-sectorial em meados da década de «60».

a qualificação dos trabalhadores

— em (Almeida, 2) surge como a variável explicativa fundamental do nível salarial médio, embora podendo ser uma derivação da influência de outros factores.

a localização industrial

— ainda nesse mesmo estudo verifica-se que quanto maior for a percentagem dos trabalhadores de um determinado sector localizados em Lisboa maior é o salário médio desse sector.

a percentagem de mulheres

— também nesse estudo se quantifica o facto do salário médio de um sector evoluir em sentido inverso ao peso das mulheres no conjunto dos trabalhadores.

a dimensão dos estabelecimentos

— em (Santos, 16) infere-se «de que a dimensão média dos estabelecimentos directa ou indirectamente constitui, numa óptica dinâmica, um dos factores explicativos da evolução salarial, pelo que deverá ser integrado na correspondente análise prospectiva» (p. 79), embora se reconheça que o significado daquela variável não é transparente, podendo figurar como um indicador indirecto da evolução qualitativa do sector (nível de concentração, métodos de gestão), nível de acção sindical, amplitude dos lucros, etc.

o desenvolvimento tecnológico

— nesse mesmo estudo conclui-se que esta variável é o terceiro elemento explicativo da evolução do nível salarial ao longo do período considerado ou ainda os *preços* (que nos merecerá uma análise mais detalhada num ponto seguinte).

Este conjunto de tratamentos estatísticos apresentam grandes ensinamentos que devem ser tidos em conta, mas convirá fazer alguns reparos:

a) Enquanto alguns dos trabalhos procuram explicar a evolução dos salários ao longo do tempo (análise *diacrónica*) outros têm como objecto as diferenciações salariais existentes num determinado momento (análise *sincrónica*) entre sectores, sobretudo, ou regiões. E as conclusões de um tipo de estudos não são aplicáveis ao outro, pois aquilo que se pretende explicar insere-se numa problemática diferente.

b) Em diversos casos o recurso a métodos econométricos, apesar de se mostrar útil pela quantificação mais exacta que permite, não é mais do que uma forma nova de apresentar aquilo que qualquer estudo descritivo seria capaz de mostrar.

c) Torna-se muito perigoso generalizar ensinamentos obtidos com amostras relativamente reduzidas (de anos ou sectores) ainda por cima incidindo frequentemente sobre períodos de conjunturas muito particulares.

d) Do facto de haver simultaneidade de comportamento entre duas variáveis não se pode deduzir a existência de uma relação de causalidade. Este facto é particularmente evidente quando os métodos econométricos são relativamente elementares, não se introduzem desfazamentos temporais entre variáveis e as relações surgem desinseridas de modelos mais globais.

e) Não se distingue entre reacções de *curto prazo* e de *longo prazo*, acabando-se, quase sempre, por considerar estas últimas, aquelas que mais dificilmente permitem inferir causalidades — as conjunturas particulares e a forma como nesses momentos as diversas variáveis se comportam, são particularmente preñhes de sentido.

Muitas das diferenças entre estes diversos estudos (podendo-se referir como exemplo, a diversidade de conclusões quanto à influência da produtividade sobre os salários) resultam de debilidades dos indicadores estatísticos e dos métodos de cálculo utilizados, mas o que tal aspecto revela é a necessidade de integrar este conjunto de trabalhos num modelo teórico global. Se a passagem do descritivo para a quantificação de relações de *simultaneidade* constitui, como salientamos, um passo em frente na compreensão da realidade, este ainda é insuficiente e exige uma abordagem mais globalizante e interpretativa, o que só pode ser conseguido em dois passos sucessivos seguintes: elaboração de *modelos quantitativos globais* e *interpretação teórica* das análises empíricas.

8. A descrição dos salários em Portugal não é um trabalho acabado. Existem algumas facetas que nunca foram matéria de tratamento adequado e outras ainda estão por abordar para o Portugal actual. Contudo não tem sido esse um campo de intervenção que nos tenha preocupado até ao momento presente ⁽²⁾. Os nossos trabalhos de investigação, realizados

(2) Esse será objecto do primeiro capítulo do livro «Salários em Portugal», em preparação.

sozinho ou, sempre que possível, em colaboração com outros economistas ⁽³⁾, têm-se orientado em dois sentidos:

— estabelecimento de relações de simultaneidade entre salários e variações salariais, por um lado, e outras variáveis deficientemente estudadas para a realidade portuguesa, acompanhando esse trabalho empírico por um aprofundamento teórico que permita daquelas relações discernir situações de causalidade;

— aprofundamento da problemática teórica dos salários, procurando esboçar modelos globais integradores dos resultados parcelares anteriormente referidos ou outros.

No primeiro rumo será de apontar como trabalho realizado que já permite um conjunto de conclusões as relações entre as variações salariais e a situação no mercado de trabalho (taxa de desemprego, oferta e procura de força de trabalho), normalmente designadas por «curva de Phillips» — em homenagem ao autor do primeiro artigo em que esse assunto é abordado de uma forma sistemática —, para o conjunto da economia, diversas regiões e sectores. Também está neste caso as relações entre salários e preços, cuja problemática é bastante mais vasta do que o frequentemente referido, e entre salários e concentração industrial. Infelizmente, a escassez de informação estatística nem sempre permite os tratamentos mais adequados e, nalguns casos, fomos forçados a abordagens exclusivamente diacrónicas ou sincrónicas.

No segundo caminho ainda estamos dando os primeiros passos, embora já possamos apresentar alguns resultados provisórios.

Ensaio tipo curva de Phillips

9. Precisando o que dissemos anteriormente, quando falamos de uma curva de Phillips queremos referir, no essencial, uma *relação entre a taxa de variação do salário nominal horário e a taxa de desemprego, variando aquela em sentido inverso desta*. De uma forma mais geral significa a relação que se estabelece entre um qualquer indicador, directo ou indirecto, da situação no mercado de força de trabalho e a taxa de variação dos salários nominais.

Trata-se, efectivamente, de uma relação *operacional* de grande importância económica e política. O frequente argumento falacioso «é preciso optar entre a crise ou a inflação» é baseado nos resultados conseguidos para a curva de Phillips. Por isso, após a publicação dos artigos iniciais

⁽³⁾ Cabe aqui referir que quase todos os trabalhos de investigação em que nos temos empenhado seriam impossíveis sem o funcionamento do GEMOR-FEP e do GE desta Federação.

sobre o assunto (Phillips, 16 e Lipsey, 11) muitíssimo se tem escrito sobre tal assunto em quase todos os países capitalistas. A generalidade dos trabalhos incidem sobre a sua fundamentação teórica, sobre a existência ou não de uma relação de causalidade entre as duas variáveis, sobre a sua verificação e, ainda, sobre outras variáveis a introduzir.

Em Portugal este assunto tem sido pouco abordado, embora aqui e acolá tenham surgido algumas referências ao assunto (como se verificou do apanhado de posições atrás apresentadas), mas sempre impossíveis de quantificar dada a carência de informação estatística sobre desemprego, oferta e procura de emprego.

Sobre ele incidimos a nossa atenção, caminhando em três sentidos complementares:

— sintetizar o que tem sido feito sobre o assunto nos diversos países capitalistas (únicos para que a referida relação tem significado) e esquematizar as posições teóricas das diversas escolas;

— reelaborar a interpretação teórica da curva de Phillips, passando pela constatação da compatibilidade ou incompatibilidade com a teoria do valor-trabalho;

— verificar empiricamente a sua aplicação a Portugal, tentando medir, tanto quanto possível o âmbito dessa verificação.

10. O primeiro tema encontra-se exposto em (Pimenta, aavv, 22).

Deste trabalho parece-nos ser de destacar os seguintes pontos, aqui apresentados de forma muito sintética:

A) Há um conjunto de *pressupostos* subjacentes à curva de Phillips que raramente são explicitados e que, contudo, são-lhe indispensáveis:

- a) «A curva de Phillips visa a análise de um aspecto de uma sociedade em que a força de trabalho é uma mercadoria. Tal facto impõe a precaução de não tomar a árvore pela floresta, elevando a referida relação a elemento fundamental da sociedade e da política, e a consciência de que está confinada às fronteiras geográfico-social-históricas do capitalismo.
- b) Pressupõe a capacidade dos agentes económicos na sua actuação multifacetada repercutirem os desequilíbrios no mercado de trabalho, exige a liberdade de actuação, entendida tanto em termos de regime político-social vigente como de ausência de políticas económicas castradoras da iniciativa das classes sociais em confronto na negociação salarial.
- c) O mercado de trabalho é parte integrante da sociedade capitalista, evoluindo historicamente com esta na sua

estrutura interna e nas concatenações que estabelece com os restantes subsistemas.

- d) «A verificação da curva de Phillips para um determinado período exige uma estabilidade relativa da estrutura económica global».

B) Da tentativa de análise do significado da curva de Phillips no contexto das diversas teorias económicas, verifica-se facilmente a incapacidade da teoria neo-clássica para explicá-la, a dificuldade da teoria keynesiana para o fazer e a *superioridade interpretativa do ricardianismo e do marxismo*.

Esta conclusão não é de somenos importância por duas razões:

- a) O facto das teorias académicas actuais, substractos teóricos das intervenções estatais nos diversos países capitalistas, não serem capazes de integrarem no seu quadro teórico a curva de Phillips, ou de o não serem de uma forma cabal, é uma demonstração da sua incapacidade para interpretar a dinâmica da sociedade capitalista, é a expressão da sua inadequação à realidade.
- b) O descrito na alínea anterior choca abruptamente com a prática corrente em todos os trabalhos de apenas ler a curva de Phillips à luz do keynesianismo e do neo-clássismo, com total ausência de abordagem das restantes correntes teóricas — expressão de uma miopia teórica e política.

Contudo, da inadequação da teoria neo-clássica e das dificuldades experimentadas pelo keynesianismo não se pode deduzir que estas correntes teóricas não tenham feito um esforço para integrar no seu corpo a curva de Phillips, ora acrescentando novos temas às suas teorias, ora forçando a lógica, ora ainda modificando o significado da curva de Phillips.

C) Poderemos distinguir três fases na sua história distinguíveis pelo seu conteúdo e não pela cronologia:

a) A curva de Phillips na sua formulação inicial. É a que resulta directamente dos trabalhos dos seus dois pais, já anteriormente referidos. Os seus traços são:

- a variável explicada é a taxa de variação do salário nominal horário;
- a variável explicativa mais importante é a taxa de desemprego, mas a ela poder-se-á acrescentar a taxa de variação dos preços e, secundariamente, a taxa de variação da taxa de desemprego;

- a interpretação teórica da relação situa-se na teoria dos mercados e na subordinação do preço do factor produtivo trabalho às condições reinantes no seu mercado específico.

b) A curva de Phillips no primeiro desenvolvimento, decomponível em dois subconjuntos: no quadro da problemática das variáveis iniciais e com introdução de novas variáveis.

São os seguintes os seus traços principais:

- a variável explicada continua a ser a taxa de variação do salário horário nominal;
- a relação é encarada como sendo de longo prazo, isto é, uma relação entre variações de curto prazo que permanentemente se reproduz no quadro da invariância do social enquadrador;
- a taxa de desemprego tanto pode ser encarada como um indicador directo da situação no mercado de trabalho (e neste caso substituível por procura de emprego e oferta de emprego, isoladas ou em rácio, por taxa de postos de trabalho disponíveis) ou indirecta da situação conjuntural da economia (e neste caso pode ser substituída pela taxa de variação do índice de produção industrial, rácio entre produção efectiva e produção potencial, etc.);
- a taxa de variação dos preços continua a ser utilizada como variável explicativa, aumentando a sua importância relativa;
- introduzem-se novas variáveis, ou para substituir a taxa de desemprego ou para aumentar o número de variáveis explicativas: lucros, produtividade, «agressividade» dos sindicatos, salário mínimo nacional; introduz-se igualmente a «taxa de desemprego de pleno emprego» e as «antecipações»⁽⁴⁾, mas estas são já o prelúdio para o segundo desenvolvimento do que se continua a designar por curva de Phillips.

c) A curva de Phillips no seu segundo desenvolvimento, realizada sobretudo pela escola neoclássica de Chicago é já uma verdadeira deturpação do seu significado inicial:

- a variável explicada é a taxa de variação dos preços;
- é encarada como uma relação de curto prazo: assim como as situações de desemprego «anormal» são, para essa teoria,

(4) Actuações actuais dos agentes económicos atendendo à evolução futura previsível das variações económicas.

sempre passageiras e os desajustamentos das antecipações dos agentes económicos também, as taxas de variação dos preços podem ser tantas quantas as antecipações para um mesmo nível de desemprego.

11. A reinterpretação teórica da curva de Phillips à luz da teoria do valor-trabalho será abordado de uma forma mais completa quando referirmos os esforços de enquadramento de toda a pesquisa empírica em modelos teóricos.

Convirá, contudo, aqui referir que esse caminho está facilitado pela obra de Marx, nomeadamente o «Capital», pelos seguintes factos:

a) Para Marx o desemprego é uma situação normal do capitalismo. A existência de um exército industrial de reserva é uma lei geral da acumulação capitalista;

b) Reconhece explicitamente o impacto do desemprego sobre a dinâmica salarial.

Resta-nos, por último, apresentar os resultados empíricos a que se chegou quanto à verificação da curva de Phillips em Portugal.

Embora à partida, numa análise genérica, tanto fosse possível encontrar factos apoiantes da tese da sua não verificação como para a posição oposta, os ensaios realizados revelam concludentemente a sua verificação a nível nacional (Oliveira, aavv, 15), regional (Pimenta, aavv, 20), e ainda sectorial.

Pensamos, pois, ser destituída de veracidade a afirmação recentemente feita em (Ribeiro, aavv, 25):

«As tentativas realizadas para averiguar da ligação existente entre a variação anual dos salários a situação do mercado de trabalho, medida quer através da taxa de desemprego, quer por intermédio de outros indicadores, tais como a evolução dos pedidos de emprego por satisfazer, por parte dos desempregados, ou da relação entre os mesmos pedidos e as ofertas de emprego por satisfazer (elementos do serviço de emprego), mostraram-se infrutíferas (...). Por outro lado, a utilização dos índices de evolução dos salários e do desemprego permitiu encontrar regressões mais satisfatórias, isto é, os coeficientes de determinação variam entre os 41 % e os 83 %. (...). A principal conclusão a retirar dos cálculos realizados é a de que, mesmo quando as equações se apresentam com um certo significado estatístico, é positiva a correlação existente entre os salários e o desemprego, ou seja, que o desemprego e os salários são crescentes ao longo do tempo. (...) Os resultados obtidos com regressões em que se entrou em conta, conjunta-

mente, com a evolução dos preços e da taxa de desemprego apontaram, entretanto, para uma elasticidade dos salários às variações da taxa de desemprego próxima de zero, ou seja, uma influência negligenciável sobre o crescimento dos salários» (p. 936/937) (5).

Com efeito, os ensaios empíricos realizados para as cidades de Lisboa e Porto, consideradas como amostras do contexto nacional, para as quatro «regiões-plano» do Continente e para alguns sectores/profissões, revelam claramente a *influência da situação no mercado de trabalho sobre a dinâmica salarial*.

13. Os ensaios empíricos entre variações salariais em Lisboa ou Porto, por um lado, e indicadores do mercado de trabalho e variação dos preços, por outro, tomando por base os valores trimestrais, revelaram um reduzido ou nulo grau de significância. O mesmo não aconteceu com diversas estimações considerando valores anuais. Optando-se por ensaios com esta última base, colocava-se o problema da escassez de informação estatística: procura e oferta de emprego só existia desde 1968 e taxa de desemprego desde 1974. E isto para além das deficiências daquela, patentes na grande diferença de valores entre as informações do Ministério do Trabalho e o Instituto Nacional de Estatística. Procurando superar estas deficiências utilizámos os indicadores disponíveis e criámos variáveis indirectas: taxa de variação do índice de produção industrial, emigração, taxa de desemprego (INE) e rácio entre procura e oferta de emprego não satisfeitas no fim do período.

Vejamos alguns resultados com cada uma destas variáveis explicativas, não fazendo, por agora, referência à influência da taxa de variação dos preços, sempre incluída como variável explicativa, já que guardamos tal matéria para um ponto seguinte:

— Para o período 1962/80 a taxa de variação do índice de produção industrial influencia positivamente a taxa de variação do salário nominal horário, tanto em Lisboa como no Porto, quantificando-se essa influência por montantes semelhantes. O impacto manifesta-se com um ano de desfazamento. Assim, por exemplo, mantendo-se as restantes variáveis constantes, um aumento de 1 % da produção industrial em relação ao mês homólogo do ano anterior provoca uma elevação de 0,5 % na variação salarial.

(5) As duas autoras do trabalho são técnicas superiores do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho, contando no seu curriculum diversos estudos interessantes. Esta posição consta de uma comunicação a uma conferência sobre economia portuguesa em que também apresentamos uma, exactamente sobre a curva de Phillips. Esta diversidade de posições só revela a necessidade de encontrar espaços de debate e cooperação entre diversos investigadores das mesmas temáticas e, do ponto de vista institucional, um diálogo construtivo entre Ministérios, Universidades, Sindicatos e, eventualmente, outras estruturas.

A taxa de variação da produção industrial tanto pode ser encarada como um indicador da situação conjuntural da economia, como a expressão antecipada (por isso o desfazamento de um ano) da situação no mercado de trabalho.

Será, contudo, de referir que a dissecação do período considerado em diversos subperíodos conduz a resultados muito dispares (Oliveira, aavv, 15, 191/194).

— A substituição da variável explicativa anteriormente referida pela emigração melhora os resultados, particularmente para a cidade do Porto — «de resto seria de esperar que no Norte, onde predominam as indústrias tradicionais e mais sensível foi o êxodo migratório, assumisse maior relevância explicativa a emigração» (idem, 197).

Assim, por exemplo, para aquela cidade, no período 1962/73 um aumento da emigração anual em 100 mil indivíduos representava um aumento de 4 % na taxa de variação salarial. Obviamente que a referida emigração engloba todos os indivíduos que saíram do país, legal ou clandestinamente.

Registe-se, contudo, que a influência da emigração é bastante diferente antes e depois de 1968, pois a partir desta data deixa de jogar qualquer influência significativa. Tal facto é concordante com a mudança qualitativa no tipo de emigração registada a partir de então.

— A inclusão, como variável explicativa, da divisão entre a procura de emprego não satisfeita no fim do período e a oferta de emprego igualmente não satisfeita, revelou claramente a influência do mercado de força de trabalho sobre a dinâmica salarial. Quanto maior for o valor do rácio referido, indicador de uma degradação da situação para os trabalhadores, de um aumento do desemprego, menor é a taxa de crescimento salarial. Assim, por exemplo, para o período de 1968/79, um aumento do valor do referido rácio em 10 % conduz a uma diminuição de 2,2 % e 3,6 % na variação salarial no mesmo período em Lisboa e Porto, respectivamente (idem, 210/2).

— Os ensaios que utilizaram como variável explicativa a taxa de desemprego, regional ou continental, revelaram-se de resultados francamente mais precários ⁽⁶⁾.

Do conjunto destes resultados será lícito tirar algumas conclusões, embora sempre provisórias, dado o carácter limitado da amostra e a profunda alteração social global registada no nosso país durante o período considerado.

Assim:

a) «Numa síntese final das conclusões entretanto obtidas, poderíamos arriscar que os salários em Portugal manifestam *sensibilidade às tensões no mercado de trabalho* — como o pretendem o modelo de Phillips-Lipsey, no seu aspecto essencial» (idem, 209).

(6) Para uma análise mais detalhada ver Anexo 1.

b) O comportamento das variáveis parece apontar para uma decomposição dos últimos vinte anos em *três subperíodos* com características próprias: 1961/67, 1968/73, 1974/80, eventualmente prolongável até hoje. Esta periodização realizada com base nos ensaios referidos, tem a curiosidade de coincidir com uma periodização frequentemente apontada nacional e internacionalmente, referenciada por modificações na acumulação capitalista e por alterações políticas nacionais.

c) É depois de 1968 que se verifica uma mais relevante influência do «mercado de trabalho», mesmo relativamente à influência exercida pela variação dos preços.

A estas conclusões genéricas poderíamos juntar outras (Pimenta, aavv, 21, ponto 2.2.) de mais pormenor, de que referiríamos apenas a superioridade das regressões lineares e a diversidade de situações entre Lisboa e Porto e sua mutabilidade nos diversos subperíodos.

14. Estes resultados «nacionais» foram confirmados por uma dissecação das dinâmicas salariais e mercado de força de trabalho em quatro regiões: Norte, englobando os cinco distritos a Norte do rio Douro, Centro, englobando os distritos entre os rios Douro e Tejo, com excepção do de Santarém, Lisboa, incluindo os restantes distritos do Continente.

Não foi possível considerar as taxas de variação salarial horária por falta de informação estatística, mas tomou-se a taxa de variação das remunerações anuais, no período 1968/78 ⁽⁷⁾.

Os resultados obtidos mostraram que:

— Para todas as regiões consideradas as tensões no mercado de força de trabalho, medido pela divisão entre a procura e a oferta de emprego não satisfeitas no fim do período, influenciam a dinâmica das remunerações;

— quanto maior for o valor daquele rácio tanto menor é a taxa de variação das remunerações, tal como é estipulado pela teoria;

— pode-se admitir uma influência instantânea da situação do «mercado de trabalho» sobre as remunerações (sobretudo para a região de Lisboa), mas aquela é mais notória se considerarmos um ano de desfazamento.

Assim, se o rácio entre procura e oferta de emprego aumentar de 10 % a taxa de variação das remunerações decai de 3,8; 4,5; 3,9 e 3,9 % no ano seguinte no Norte, Centro, Lisboa e Sul, respectivamente.

Apesar destes resultados obtidos com a situação do mercado de força de trabalho regional, será de referir que os ensaios empíricos melhoram

(7) Quando as regressões foram realizadas, o ano de 1978 era o último para que se possuíam estatísticas das Sociedades, fonte para as remunerações.

quando se relacionam as variações regionais de remuneração com a situação no mercado de força de trabalho a nível nacional, exceptuando a região Centro. Esta constatação pode ser interpretada de duas formas:

- a) existe uma mobilidade de mão-de-obra a nível nacional de tal maneira vinculada que é mais lícito falar de um mercado de força de trabalho nacional que de um conjunto de mercados regionais;
- b) a contratação colectiva, dominante na fixação dos salários, tem em boa parte dos casos âmbito nacional.

Só futuros estudos mais detalhados permitirão uma opção clara. Contudo, o facto da melhor regressão com a situação nacional do mercado de força de trabalho ser para Lisboa, melhorando substancialmente os resultados, que já eram os melhores, leva-nos a optar pela primeira hipótese ⁽⁸⁾, ⁽⁹⁾.

Ainda no contexto da regionalização dos resultados será de referir a constatação de (Figueiredo, 8) sobre a *influência de factores políticos* sobre a dinâmica das remunerações, o que só surge concludentemente para a região do Norte (Pimenta, aavv, 21) e (Pimenta, 20). Assim, a título de exemplo, e atendendo sempre a uma certa relatividade dos valores encontrados, mantendo-se as restantes variáveis constantes, uma repressão do tipo da que foi desencadeada durante o «marcelismo» provoca uma diminuição do crescimento das remunerações em 19,7 %, uma situação como a da Revolução Portuguesa um aumento de 8,3 % e, finalmente, uma política de tecto salarial uma redução de 13 % ⁽¹⁰⁾.

15. Diversos trabalhos internacionais têm revelado que a verificação das relações tipo curva de Phillips para um país e uma região são o resultado da sua acentuada verificação para algumas profissões e a sua irrelevância para outras, o que, simultaneamente, aponta para uma *segmentação do mercado de força de trabalho por profissões* (e não por sectores ou regiões).

Os estudos neste campo ainda se encontram numa fase incipiente, agravados pela dificuldade de obter informações estatísticas a nível de profissões — é mais fácil trabalhar a nível de sector.

Para já, poder-se-á adiantar que:

a) as relações tipo curva de Phillips verificam-se para diversos sectores, não acontecendo para outros; por vezes os melhores resultados são obtidos com a situação nacional do mercado de força de trabalho,

⁽⁸⁾ O autor dos ensaios econométricos (Figueiredo, 8) inclina-se mais para a segunda hipótese de explicação.

⁽⁹⁾ Como veremos posteriormente não é concludente a existência de salários-líder regionais.

⁽¹⁰⁾ Ver anexo n.º 2.

noutros com a situação profissional/sectorial; em alguns casos as regressões mostram-se significativas tomando valores trimestrais, noutros só com valores médios anuais;

b) os períodos de desfazamento entre a nova situação no mercado de força de trabalho e o seu impacto salarial são muito diferentes de profissão para profissão;

c) a fronteira entre profissões/sectores em que a curva de Phillips se verifica e não se verifica não coincide com a entre mão-de-obra intensiva e capital intensivo.

d) a intensidade da influência da situação no mercado de força de trabalho sobre a dinâmica salarial é muito diferente de sector para sector.

Influência das variações de preços

16. Quase todos os autores reconhecem que existe uma influência positiva da variação dos preços sobre a variação dos salários, particularmente intensa nas últimas décadas. Contudo, os ensaios tipo curva de Phillips anteriormente referidos, revelaram que no período 1962/1980 frequentes eram as épocas em que a influência dos preços era nula ou mesmo negativa. Este facto levou-nos a abordar a relação entre taxas de variação de preços no consumidor e taxas de variação de salários para um período bastante mais amplo.

Ao mesmo tempo colocava-se um problema de interpretação do significado da referida relação, temática em que se defrontam diversas correntes, ressaltando de cada uma determinada política económica.

Foram estes dois assuntos, intimamente interligados, que procurámos analisar mais detalhadamente.

17. Desde 1914 que as instituições oficiais com vocação estatística publicam dados sobre evolução de salários e preços. A amplitude da amostra, os métodos utilizados, a periodicidade de publicação, enfim o rigor da informação, é bastante variável, mas constitui um primeiro manancial de dados particularmente importante.

Recorrendo a apuramentos recolhidos pela Câmara Municipal do Porto ou contidos nos seus documentos contabilísticos, construímos um índice de salários dos pedreiros na cidade do Porto e um índice de preços da alimentação popular para os períodos 1844/1898 e 1844/1914 respectivamente, com periodicidade trimestral (Pimenta, 19).

Estávamos, pois, em condições, de verificar qual o grau de relacionamento entre preços e salários para um período histórico bastante longo, o que apresentava duas vantagens:

— permitia eliminar o acidental ou «anormal» verificado num determinado período relativamente curto;

— a diversidade de situações históricas em confronto tornava viável lançar algumas pistas de veracidade sobre as diversas teorias em confronto.

O ensaio de regressões entre as duas variáveis referidas, continuando a ser, obviamente, a taxa de variação salarial a explicada, teve que se sujeitar aos dados disponíveis, optando-se por decomposições em subperíodos ditados exclusivamente pelas disponibilidades estatísticas, mas os resultados são concludentes ⁽¹¹⁾:

a) Existe uma relação estável de longo prazo entre taxa de variação de salários e taxa de variação de preços.

Apenas durante alguns curtos subperíodos é que a relação entre essas variáveis (anuais) não é significativa.

b) A reacção dos salários aos preços varia muito de período para período, de subperíodo para subperíodo.

Esta frequente mudança é visível na verificação ou não de relação significativa, na modificação da variação marginal da taxa de variação salarial, na alteração da elasticidade, nos valores dos parâmetros. Estas mudanças no quadro da conclusão anterior podem ser interpretadas de várias formas. Duas hipóteses: i) a interacção das duas variáveis não é directa, manifesta-se através dum campo de intermediação de natureza económica, social, política e ideológica e aquele está sempre em modificação; ii) várias variáveis determinam as taxas de variação dos salários nominais e as outras, as além da variação dos preços, modificam-se. Pensamos que é necessário jogar com as duas e os resultados econométricos, assim como a teoria, confirmam-no. Ressaltem-se dois pontos: i) depois de 1938 o parâmetro independente é quase sempre significativamente diferente de «zero», o que aponta para a maior influência de outras variáveis; ii) «os salários têm uma taxa de variação anual média mais elevada que os preços mas a elasticidade das taxas de variação dos salários em relação às taxas de variação dos preços», tomando o ponto médio, «é sempre inferior à unidade», o que confirma o peso da influência de outros factores sociais.

c) «a análise do custo de vida exige a consideração dos salários e dos preços, mas também da dinâmica das necessidades.

A elasticidade referida no ponto anterior é sempre inferior a 0,75 (...), mesmo actualmente, o que permite defender a rejeição das explicações baseadas no salário «real» e as interpretações das duas variáveis como espiral em permanente ampliação.

d) Não parece haver uma relação entre a intensidade das variações dos preços e o nível de significância das referidas relações.

Tal facto chama a atenção para a complexidade do fenómeno e o absurdo da redução das leis objectivas ao comportamento dos agentes.

(11) Para informação mais detalhada Anexo 3.

e) Os subperíodos de não verificação de relações significativas entre a taxa de variação dos salários e a taxa de variação dos preços (no consumidor, esclareça-se), são caracterizáveis como de mudança das características da dinâmica dos preços e dos salários, eventuais expressões de modificações de acumulação capitalista» (Pimenta, 19).

Apesar de quase todos os autores insistirem no facto da relação entre aquelas variáveis terem maior significado para períodos recentes, consideramos que seria interessante verificar o que se passaria para o século XIX em Portugal, mais precisamente na cidade do Porto, numa análise que atendesse a reacções mais instantâneas. Os resultados revelam que mesmo para dados trimestrais as variações salariais são sensíveis às variações de preços no consumidor ⁽¹²⁾, ⁽¹³⁾.

18. Retomando o período mais recente e referindo apenas os resultados anteriormente apresentados a propósito da curva de Phillips, verificamos:

— para o período 1968/79 a influência dos preços sobre os salários é claramente significativa e positiva, para as duas cidades tomadas como modelo. Em média, mantendo-se constante as restantes variáveis, um aumento de preços de 10 % provoca aumentos de salários de 10,8 e 14,2 % em Lisboa e Porto, respectivamente;

— para as quatro regiões consideradas e tomando como variável explicativa o mercado de trabalho nacional, um aumento de 10 % na taxa de variação dos preços provoca um aumento de salários de 17,8 % no Norte, 11,8 % no Centro, 16,3 % em Lisboa e 18,4 % no Sul. Contudo esses impactos parecem ser a expressão de dois fenómenos: variação dos preços em sentido estrito e alteração das condições políticas (por isso, a introdução das variáveis indicadoras da alteração da situação política, para a região do Norte, reduz bastante a influência da variações dos preços: um aumento destes em 10% só se repercute nos salários em 7,4%).

O facto de alguns ensaios empíricos para períodos referentes revelarem a inexistência de relação significativa entre estas variáveis é, sobretudo, o resultado das políticas de rendimentos e preços.

19. E como interpretar esta relação?

Como explicitámos e desenvolvemos em (Pimenta, 19) existem sobretudo quatro vias explicativas:

(12) Note-se, reforçando o que se tem dito, que as regressões são entre taxas de variação das duas variáveis e não entre índices daquelas, como consta de alguns estudos referidos no início. Dessa forma mede-se mais rigorosamente a sensibilidade de uma variável à outra.

(13) Para maior detalhe ver Anexo 4.

— as variações dos salários são o resultado do comportamento dos agentes económicos e estes actuam de forma racional, isto é, reagem exclusivamente à dinâmica da «economia real» — ao salário «real», neste caso — pelo que os aumentos de preços teriam de ser acompanhados por aumentos correspondentes de salários nominais a fim de manter o «poder de compra», embora podendo-se verificar alguns desajustamentos de curto prazo;

— as variações de salários e preços são conjuntamente comandadas pela evolução da conjuntura e o que as constatações empíricas revelariam seria uma relação de simultaneidade e não de causalidade;

— existe uma supremacia social do mercado de trabalho sobre todos os outros, dado o facto do trabalho ser um factor produtivo inevitável em qualquer processo de produção, pelo que as variações de salários se repercutiriam inevitavelmente nas variações de preços das diferentes mercadorias;

— a força de trabalho é uma mercadoria e o salário o seu preço, expressão do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção e reprodução, pelo que a alteração do preço dos bens essenciais, influenciaria os salários.

Já fizemos referência anteriormente ao facto de alguns resultados empíricos apontarem para a incorrecção de algumas das explicações e veracidade de outras.

A conjugação da elaboração teórica e dos resultados estatísticos apurados apontam, como se pode ver em mais detalhe no referido estudo, para a supremacia da última explicação, a que faremos referência mais detalhada num ponto seguinte.

Problemática da concentração industrial

20. As tensões no mercado de trabalho e as variações de preços surgem como algumas das variáveis mais importantes na explicação da dinâmica salarial. Contudo, elas, só por si, são incapazes de explicar integralmente as variações salariais. Torna-se necessário recorrer a outras. Entre elas encontra-se a *concentração empresarial*, como consta de um estudo referido, no ponto 7, mas de forma incipiente.

E qual a capacidade explicativa da monopolização sobre os salários? Em que sentido essa influência se exerce? Como explicá-la? Eis algumas questões gerais que deveriam ser respondidas teoricamente antes de qualquer ensaio empírico. A realização de testes estatísticos só se justifica se for possível encontrar uma concatenação lógica entre as dinâmicas da monopolização e dos salários.

Diversos trabalhos apontam para uma interligação entre elas, mas o sentido da influência não surge de uma forma clara. Senão vejamos:

a) Diversos estudos marxistas chamam a atenção para o impacto dos monopólios sobre os preços no sentido do aumento dos referentes aos outputs e da diminuição dos de inputs. Logo um duplo impacto sobre os salários: sendo a força de trabalho um input, os salários estariam sujeitos a uma tendência à baixa, mas reagindo aqueles à dinâmica do preços no consumidor, sofreriam, seguidamente uma alta;

b) Os monopólios aparecem frequentemente associados a lucro de monopólio, superior à média (provavelmente mais o resultado da existência de barreiras de entrada a novas empresas no ramo que da dimensão das empresas já existentes). Também aqui um duplo impacto contraditório: partilha do valor acrescentado crescentemente favorável ao capital quando aumenta a monopolização, com eventual impacto desfavorável sobre os salários, por um lado, impulso ao crescimento dos salários já que eles reagem positivamente à taxa de lucro (variante da curva de Phillips).

c) As grandes unidades produtivas apresentam melhor estrutura técnica do capital e mais elevada organização, pelo que, regra geral, possuem maiores produtividades, o que se repercutiria favoravelmente sobre os aumentos salariais.

d) Alguns autores insistem na capacidade dos monopólios controlarem, pelo menos parcialmente, as suas condições de produção e mercado. Uma das formas seria pelos aumentos dos salários nos seus sectores, conhecida a capacidade de repercussão destes ⁽¹⁴⁾.

e) Existe uma correlação positiva entre a concentração empresarial, a sindicalização e a capacidade reivindicativa dos trabalhadores, o que se repercutiria, consequentemente, sobre o nível salarial.

Existem, pois, diversos canais de interligação entre a monopolização e as variações salariais e, do conjunto, poder-se-á deduzir uma maior probabilidade para ambas evoluírem no mesmo sentido.

21. Os ensaios para Portugal surgem muito difíceis devido à escassez de informação estatística e, além disso, a pouca existente é bastante indirecta e mais dirigida para uma análise das diferenças entre níveis salariais inter-sectoriais que para uma observação ao longo do tempo.

Por isso os primeiros ensaios que realizamos foram de pendor sincrónico (Pimenta, 17). O facto da síntese dessa investigação encontrar-se publicada num número anterior desta revista dispensa-nos de uma transcrição dos resultados ⁽¹⁵⁾, limitando-nos a salientar o seguinte:

a) Quando num determinado sector industrial a percentagem de trabalhadores em empresas com mais de 500 trabalhadores aumenta de

⁽¹⁴⁾ Isto remete para a problemática dos salários-líder que analisaremos seguidamente.

⁽¹⁵⁾ Aproveitamos para corrigir um erro tipográfico do referido artigo: o parâmetro de A é 0,26 e não 26.

10 % as remunerações nesse sector aumentam 2,6 %, mantendo-se constante as restantes variáveis, e admitindo que esse sector se comporta de uma forma média.

b) O conjunto de factores não explicitados na relação empírica e capazes de explicar as diferenciações salariais entre sector têm uma grande influência.

c) Em síntese «a concentração é um elemento influenciador do nível salarial num quadro sincrónico, mas não surge como um elemento determinante».

22. Infelizmente dos trabalhos referidos anteriormente não se podem deduzir grandes conclusões para uma análise ao longo do tempo, como são as do tipo curva de Phillips.

Contudo, os resultados anteriores e aqueles que outros autores já tinham obtido com a dimensão média dos estabelecimentos, permite levantar a hipótese de uma influência positiva da concentração⁽¹⁶⁾ sobre as variações salariais ao longo do tempo.

Enquadramento num modelo teórico

23. Há que articular os fenómenos entre si. E fazê-lo não passa pela simples explicitação de relações de simultaneidade ou de concatenações aleatórias. Exige a interligação dos fenómenos ao essencial, a determinação de relações de causalidade que resultam do funcionamento das leis do sistema capitalista.

Até agora temos estado a fazer um apanhado de diversos trabalhos específicos que se preocuparam sobretudo com a observação e quantificação das manifestações fenomenológicas da realidade. É certo que essa observação nunca foi estritamente empírica porque partiu sempre de uma determinada concepção teórica global dos diversos autores e da forma como fizemos a leitura desses trabalhos, mas agora impõe-se a resistemização das informações e seu enquadramento num modelo teórico global.

Aqui cada trabalho parcelar adquire, como já referimos, pleno significado. As identidades entre os diversos trabalhos de observação dos fenómenos assim como as suas convergências permitem enriquecer o nosso conhecimento.

24. A nossa primeira preocupação foi mostrar que a categoria salário só poderia ser integralmente entendida quando integrada na *teoria do valor-trabalho*. O recurso ao conceito de valor revela a necessidade de captar

(16) Utilizamos indiferentemente a terminologia «monopolização» e «concentração», mas em rigor não existe completa identidade entre esses dois movimentos do económico.

o essencial para explicitar os fenómenos nas suas multifacetadas dimensões. E não se trata, como deturpações metafísicas e empiristas querem fazer crer, de explicar a realidade através de conceitos apriorísticos. Trata-se de explicar a realidade observável, fenomenológica, através da essencialidade da realidade não-observável, metafenomenológica, na actual fase de progresso social e nível de desenvolvimento do conhecimento científico e propagação deste no conhecimento vulgar.

A primeira sistematização das categorias fundamentais e das suas dinâmicas internas foi feita num artigo nesta revista (Pimenta, 18) pelo que, mais uma vez, nos dispensamos de recordar pormenorizadamente o seu conteúdo. Aliás, esse artigo pouco mais faz do que compilar os ensinamentos que nos foram transmitidos pelos autores que pela primeira vez o fizeram.

Recordemos apenas algumas das conclusões essenciais então referidas:

a) A *força de trabalho* e o trabalho são duas categorias diferentes. Enquanto a força de trabalho é uma mercadoria, o trabalho é a sua utilização na transformação, directa ou indirecta, da natureza. Historicamente o trabalho é anterior à força de trabalho, mas, em capitalismo, o movimento desta — venda ao capitalista pelo trabalhador — é prévio. Existe um permanente entrelaçamento entre estas duas categorias, manifestação das suas unidades e contradições.

b) A mercadoria força de trabalho é *valor*, como toda e qualquer outra mercadoria, e tem uma quantidade de valor medida pelo tempo de trabalho (económico) socialmente necessário à sua produção e reprodução. Essa quantidade de valor reflecte a dimensão social daquela categoria — psico-biologicamente inseparável do homem mas transaccionável independentemente dele — nas suas múltiplas manifestações: biológica, psíquica, moral e histórica. O valor é uma categoria dinâmica.

c) O salário é o preço, mistificado, da força de trabalho. Por isso, embora seja uma categoria diferente do valor da força de trabalho — pela esfera social da sua manifestação, pelo conjunto de elementos influenciadores, pelo entrelaçamento com o conjunto social — o salário reflecte, no essencial, a quantidade de valor expressa em moeda.

d) A dinâmica salarial também é influenciada pelo movimento do capital, de uma forma mais específica pela acumulação capitalista, embora não se encontre aí o seu núcleo central.

O segundo ponto levou-nos à explicitação mais pormenorizada (Pimenta, 19) das relações entre o comumente designado por salários e preços, problema não despidendo na apreciação crítica de algumas das teorias académicas anteriormente referidas. E dessa análise salientamos a unidade essencial existente entre as duas categorias — manifestações da divisão social do trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção, enfim, manifestações do mesmo funcionamento da

lei do valor. Referimos igualmente que as duas categorias apresentam especificidades e antagonismos entre si:

— «A mercadoria força de trabalho tem um valor de uso muito particular que é o de criar valor»

— «A ligação psico-biológico-social entre a força de trabalho e o trabalhador impõe mecanismos de reprodução que a diferenciam das restantes mercadorias»

— Não exprime só relações mercantis, mas também relações mercant-capitalistas e nunca é capital-mercadoria

— «A força de trabalho é transaccionada tendo dos dois lados do mercado — um mercado viciado porque quer a oferta quer a procura são determinados pela acumulação capitalista — duas classes sociais antagónicas»

O expresso nas alíneas c) e d) deste ponto tem vindo a ser concretizado num modelo que tem sido objecto de sucessivos aperfeiçoamentos, mas que ainda apresenta uma forma incipiente ⁽¹⁷⁾.

25. Poderemos apresentar em algumas linhas a lógica deste modelo e, aqui e ali, levantar algumas hipóteses de quantificação, embora não possamos confundir essa simplicidade aparente com o conteúdo do modelo. Será ainda necessário percorrer um grande caminho para a descodificação dos diversos conceitos teóricos em variáveis operacionais e a sua aplicação à realidade portuguesa actual.

Eis esses elementos essenciais ⁽¹⁸⁾:

a) A variável explicada é o nível salarial médio numa dada economia e a sua evolução ao longo do tempo.

b) O salário é determinado pelo valor — que fixa, em cada momento, um determinado quantitativo básico do salário — pela acumulação capitalista — que provoca sistematicamente um hiato entre quantidade de valor e salário e imprime uma determinada variação a este — e pela acção da própria acumulação sobre a lei do valor e a sua expressão quantificada.

c) O impacto do valor sobre o nível salarial é expresso pelo que podemos designar por função valor. As suas variáveis fundamentais são: 1) as quantidades de valores de uso de primeira necessidade socialmente utilizáveis para produzir (consumidas no passado), conservar e perpetuar (consumidas actualmente) a força de trabalho (valores de uso como mercadorias; 2) os preços médios dos respectivos valores de uso num determinado espaço; 3) a quantidade de despesas com serviços não identificá-

veis com as mercadorias, realizáveis no passado e no presente; e 4) um conjunto de factores sociais que impedem a redução do valor da força de trabalho a um «cabaz de mercadorias e despesas» (ex. sustento dos desempregados, intervenção do Estado sobre os salários).

d) A influência da acumulação sobre a variação salarial exprime-se por uma função dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho e tem como variáveis principais:

— a força social do capital manifestável na transacção da força de trabalho;

— a intensidade da acumulação capitalista com os seus múltiplos impactos: criação de novos valores de uso, concentração e centralização do capital, variação da produtividade, reestruturação dos equilíbrios intersectoriais e correspondentes partilhas do rendimento nacional, por um lado, e dinâmica conjuntural, por outro;

— peso do exército industrial de reserva em relação aos activos; além do entrelaçamento entre estas diversas variáveis.

e) Os impactos da acumulação sobre a lei do valor mede um conjunto de fenómenos muito diversos, entre os quais poderíamos citar, a título de exemplo, as modificações da estrutura de preços, a alteração do «cabaz de despesas» e a influência da modificação da concorrência sobre o «socialmente necessário».

f) Dever-se-ia ainda considerar uma variável aleatória cuja importância relativa muda em sentido inverso à amplitude do espaço geográfico-social considerado.

E desta breve apresentação do modelo geral resulta com clareza a integração das variáveis específicas anteriormente consideradas: a curva de Phillips seria um caso particular da segunda função referida, a influência das variações dos preços da primeira e terceira funções, o impacto da concentração uma expressão igualmente da segunda função, etc.

26. Quando no modelo anterior falamos em salários queremos significar, utilizando uma terminologia muito vulgarizada, *salários nominais*. E aqui caberá dizer algumas palavras sobre o conceito de «salário real» muito generalizado.

Frequentemente fala-se de «salários reais» para designar poder de compra e estuda-se a evolução deste ao longo do tempo através da divisão do índice de salários pelo índice de preços no consumidor. Convirá aqui referir que tal terminologia hoje é deficiente e presta-se a más interpretações confundindo-se com certas concepções teóricas profundamente atentatórias dos interesses vitais dos trabalhadores.

⁽¹⁷⁾ Sua forma mais pormenorizada em (Pimenta, 20).

⁽¹⁸⁾ Ver Anexo 5.

Sem grandes desenvolvimentos, que exigiriam a reconsideração de toda a teoria do valor, podemos sintetizar as nossas críticas nos seguintes pontos:

a) Não existe uma decomposição do económico numa «economia real» e numa «economia monetária». O valor e o valor de uso são duas faces da mesma realidade, não podendo uma adquirir autonomia em relação à outra. Uma mercadoria só o é se for validada socialmente, isto é, trocada contra moeda.

b) O conceito de poder de compra é bastante mais vasto que o de delapidação do poder de compra existente num determinado momento, e só nesse, pela variação dos preços. Quando se fala em poder de compra tem que se ter em consideração a evolução das *necessidades* e das *formas de as satisfazer*, a integração de novas esferas de *actividade nas relações de produção capitalistas* e o seu impacto sobre o «cabaz de despesas», conjuntamente com a dinâmica dos preços.

c) As conjunturas violentas, de que as crises e as transformações sociais fazem parte, alteram bruscamente as expressões quantificadas do funcionamento da lei do valor, pelo que não se poderá, mesmo no curto prazo, considerar como invariáveis os diferentes factores influenciadores do poder de compra para além da variação dos preços.

27. Quando se pretende aplicar o modelo genérico anteriormente apresentado ao salário médio numa região, num sector de actividade ou qualquer outra segmentação da economia nacional, é necessário ter em consideração uma outra função: a dos impactos do nível salarial do resto da economia sobre o existente no núcleo considerado. Daí a problemática dos salários-líder.

II. PROBLEMÁTICA DOS SALÁRIOS-LÍDER

27. Em 1935, Keynes, na sua obra fundamental, afirmava:

«Embora frequentemente se julgue que a luta entre indivíduos e grupos pelos salários nominais determina o nível geral dos salários reais, na realidade essa luta tem outro objectivo. Uma vez que a mobilidade do trabalho é imperfeita e os salários não tendem a estabelecer uma exacta igualdade de vantagens líquidas para os diferentes empregos, todo o indivíduo ou grupo de indivíduos que consinta numa redução dos seus salários nominais em relação a outros indivíduos ou grupos, sofre uma redução *relativa* do salário real que basta para justificar a sua resistência. Por outro lado, seria impraticável opôr-se a qualquer redução dos

salários reais resultante de alteração no poder aquisitivo do dinheiro e afectando igualmente a todos os trabalhadores; com efeito, não há em geral resistência a este modo de redução de salário, a não ser quando elas vão excessivamente longe. Além disso, a oposição às reduções nos salários nominais aplicadas a certas indústrias não levanta a mesma barreira intransponível ao aumento do emprego global que resultaria de uma resistência análoga a toda e qualquer redução dos salários reais.

Por outras palavras, a competição em torno dos salários nominais influi especialmente sobre a distribuição do salário real global entre os diferentes grupos de trabalhadores e não sobre o montante médio por unidade de trabalho, o qual depende, como veremos adiante, de outra série de factores. A união entre os trabalhadores de determinado grupo tem por fim proteger o seu salário real *relativo*. O nível *geral* dos salários reais depende de outras forças do sistema económico» (Keynes, 9, 26).

Sobre este extracto muito haveria que dizer, desde as distinções entre salário nominal e real e entre real geral e real relativo até às determinantes de cada uma dessas categorias, desde o cinismo com que advoga a redução do salário real sem os trabalhadores darem por isso à forma como encara as formas de luta destes. Mas o que pretendemos aqui salientar é a ideia de que uns trabalhadores têm como referência os salários e variações salariais de outros trabalhadores e como todos lutam para uma repartilha entre si do montante global de massa salarial.

É esta a ideia fundamental da problemática dos salários-líder: distribuição desigual dos salários, existência de certos núcleos de trabalhadores, mutáveis ou não no tempo, que são tomados como referência, mecanismos de propagação da sua influência, acção económico-social de reajustamento dos salários relativos entre diferentes núcleos de trabalhadores. Claro que este texto deixa muita coisa por esclarecer, mas mais do que chamar a atenção para tal, que será analisado de uma forma mais sistemática num ponto seguinte, interessa chamar a atenção para a ideia subjacente.

28. Sem pretendermos fazer a história das concepções assumidas pelos diversos autores em torno desta questão, convirá fazer referência a um ou outro trabalho que o aborda e desses singelos exemplos, tentar esboçar uma lógica global de raciocínio comum a esses diferentes autores.

A aceitação dos salários-líder é um núcleo vital de um modelo explicativo da inflação, normalmente designado por «modelo escandinavo», e que com ligeiras modificações surge em muitas explicações daquele fenómeno.

O funcionamento desse modelo pode ser descrito singelamente da seguinte forma:

a) Na economia de um país existem dois grandes sectores: o concorrenciado, cuja produção entra em concorrência com mercadorias similares produzidas noutros países, e o protegido, com uma produção virada para o mercado interno e sem concorrência de produtos de outros países.

b) A produtividade e lucratividade do sector concorrenciado, por exigência do mercado internacional, tecnologicamente mais desenvolvido, determina os aumentos salariais nesse sector.

c) «O nível de salários das indústrias do sector externo determinam o nível de salários no sector protegido através de forças do mercado e da política dos sindicatos» (Viseu, 28, 233).

d) Esse aumento de salários no sector protegido não foi acompanhado por correspondentes aumentos de produtividade, pelo que se traduz em aumento de preços dessas mercadorias, conduzindo à inflação».

O segundo e o terceiro ponto são a aceitação da existência de salários-líder. Convirá, contudo, aprofundar um pouco o seu conteúdo. Conforme aí se afirma, a propagação salarial do sector concorrenciado para o sector protegido seria o resultado de «forças do mercado» e de «política dos sindicatos», encarando as primeiras como o funcionamento da economia e a segunda como uma variável exterior ao económico, uma componente social que o economista aceita mas não explica.

Quais as forças do mercado que poderiam conduzir a essa propagação? É possível vislumbrar diversas, actuando alternada ou cumulativamente. Algumas hipóteses:

— o aumento de salários no sector concorrenciado atrairia para aí força de trabalho; admitindo que a tal corresponderia um aumento de tensão no mercado de trabalho do sector protegido e que os salários aí verificados seriam influenciados, por isso, de acordo com a lógica transcrita na curva de Phillips, teríamos maiores aumentos de salários;

— o aumento de salários no sector concorrenciado aumentaria a procura das mercadorias produzidas para o mercado interno, acompanhado inicialmente por um aumento dos preços e, seguidamente, por reestruturações tecnológicas; o aumento da taxa de lucro, no imediato, e da produtividade, no mediato, tenderia a conduzir a aumentos de salários nesse sector.

A intensidade da influência destes mecanismos dependeria de muitos factores que não caberá aqui enunciar.

E qual a política dos sindicatos que conduziria a tal? A resposta a esta questão dependeria muito da estrutura sindical e dos mecanismos de contratação colectiva, mas resultaria, no essencial na política de combate, ou defesa, da estratificação salarial existente.

29. Numa lógica diferente se insere a justificação apresentada por um conjunto de autores franceses de orientações teóricas muito diversificadas e que podemos designar globalmente por «escola da regulação». Num debate em torno de um estudo explicativo da inflação em França, ao analisar-se o período de 1945-1976 — período de progressiva afirmação da regulação monopolista, na sua terminologia — afirma-se:

«Por outro lado, os ganhos de produtividade elevados verificados num certo número de sectores motores (caracterizados, entre outros aspectos por uma inserção no mercado mundial, intensas lutas sindicais e uma importante concentração financeira) exercem uma influência significativa sobre a dinâmica do salário nominal médio» (Boyer, aavv, 3, VI, 23).

A consideração exclusiva destas justificações pontuais para a referida dinâmica conduziria mais a uma aproximação com a posição anteriormente apontada que para a sua distanciação.

Expressão do mesmo conjunto de princípios fundamentais, estes autores aproximam-se, efectivamente, das restantes formulações keynesianas, aqui e além clássicas, mas distinguem-se das suas formulações correntes na medida em que consideram que os fenómenos pontuais que determinariam essa existência de sectores líder são a expressão da organização social global: eles não poderiam ser alterados exteriormente ao próprio tipo de regulação. Assim, num quadro mais geral, os salários-líder resultariam de:

- existência de monopólios com um importante peso no conjunto da actividade económica;
- essas estruturas monopolistas serem capazes de interiorizarem as contradições objectivas do capitalismo (expressas na ruptura entre produção e troca) e de as resolverem, pelo menos parcialmente, em colaboração com o Estado;
- a superação da contradição passar pelo fomento de uma norma social de consumo realizável pelos trabalhadores graças à acumulação intensiva (a lucratividade depende mais da mais-valia relativa que da absoluta), ao salário indirecto e outras formas de socialização do custo de reprodução da força de trabalho, e à propagação dos salários a partir dos registados nesses sectores motores (motores em produtividade, motores no fomento das normas sociais de consumo).

Segundo esta lógica global, poder-se-ia dizer que os sindicatos ao lutarem por aumentos de salários não seriam uma força social lutando contra o capital, pelo menos desde que não saíssem de determinados limites, mas antes uma correia de transmissão do grande capital e do sistema ao

criarem condições para a satisfação da norma social de consumo e, assim, reproduzir o sistema social actual com reforço das estruturas monopolistas.

30. Outros autores falam também de um «efeito demonstração» na propagação salarial, nomeadamente entre diferentes países. É o caso da OCDE ao apresentar as diversas vias de passagem da inflação de uns países a outros.

Esta formulação genérica remete apenas para factores psicológicos, sendo os mecanismos sociais apenas uma possibilidade de entrave à sua manifestação.

31. Da apreciação global de todos estes quadros interpretativos, poderíamos concluir que:

a) todas estas explicações integram alguns elementos que são uma expressão parcializada da realidade

— a monopolização de alguns sectores é acompanhada por um aumento de força sindical aí e no conjunto da economia;

— o desenvolvimento da contratação colectiva tem reforçado os mecanismos de propagação salarial e a frequente análise em termos relativos;

— o capital é capaz de integrar em parte a actividade sindical, aproveitando-a para a continuação do sistema (aumento de lucros com o pretexto de aumento de salários, fomento da centralização, adequação de uma certa repartição de rendimentos a uma dada malha produtiva, etc.) — a prová-lo está a continuação do sistema capitalista.

b) mas apoiam-se em pressupostos que estão longe de serem realidades assentes:

— que os sectores abertos ao comércio externo são os de maiores ganhos de produtividade;

— que a aumentos de produtividade tem que corresponder aumentos de salários;

— que as estruturas de propagação existem, funcionam com relativa estabilidade e que têm sempre os mesmos pontos de partida e de chegada;

c) além de basearem-se em aspectos falsos como

— capacidade de os monopólios superarem as contradições do próprio sistema capitalista (capitalismo monopolista «planificado» e regulado);

— subordinação do movimento sindical aos efectivos objectivos do grande capital.

32. Uma explicação coerente da eventual existência de salários-líder exige entrar em conta com os elementos positivos anteriormente referidos, verificar os duvidosos e rejeitar os errados.

Exige igualmente ter sempre presente que a luta de classes é componente indissociável da dinâmica salarial mas os salários de partida e muitos aspectos do seu movimento são a expressão das leis objectivas da economia.

Além disso, seria difícil considerar que a existência de salários-líder seria uma componente essencial na explicação da repartição de rendimentos e da própria reprodução do sistema.

Finalmente, convirá chamar a atenção, antecipando algumas coisas que abordaremos posteriormente com mais detalhe, que as explicações plausíveis dependem também de quais são os pontos de partida (sectores, regiões, empresas, salários mais elevados, mais baixos, das profissões qualitativamente mais importantes, etc.) e de chegada.

Referências portuguesas ao problema

33. Correndo o risco de cometer a injustiça de esquecer trabalhos com referências ao assunto, começaríamos por citar o seguinte trecho de boa prosa:

«Toda e qualquer elevação de remunerações, *especialmente se ocorrer em sectores que apresentam uma distribuição salarial acima da média nacional*, tem necessariamente *efeitos de difusão* que fazem repercutir esta elevação em todos os outros sectores. E o que ainda é mais grave, a experiência internacional neste campo mostra que a *velocidade de difusão* é muito alta, o que significa que os eventuais ganhos que poderiam advir para a estrutura económica por virtude desta melhor distribuição dos rendimentos não se fazem sentir a tempo de compensar os efeitos negativos que derivam da pressão generalizada sobre os salários, especialmente sentidos nos sectores mais frágeis — em desenvolvimento ou com pequenas margens de lucros — da estrutura económica.

Daqui decorre que os aumentos de remuneração, *nestas condições*, acabam por se traduzir apenas num aumento do padrão do consumo o que, por muito desejável que seja do ponto de vista humanitário e, também, na óptica de uma estabilidade política, colide frontalmente com um programa coerente de desenvolvimento. E, será inútil dizê-lo, a falência do programa de desenvolvimento é, a médio prazo, um factor decisivo de estabilidade política.

Como conclusão, uma elevação de remunerações não ponderada, concedida a sectores que já têm um nível de remuneração muito superior à média da estrutura económica e quando nesta há sectores frágeis é uma medida potencial e objectivamente destruidora de si própria e do sistema» (Aguiar, 1, 16/7).

Este texto adquire ainda mais significado se recordarmos que foi publicado no último trimestre de 1972 e constituiu uma das peças da fundamentação patronal contra as reivindicações dos trabalhadores bancários que então promoveram importantes lutas de massas e jogaram um papel

não desprezível na consolidação do movimento sindical livre das amarras do fascismo.

Embora estas afirmações valham mais pelo seu significado político que outra coisa, particularmente lidas hoje, apresentamos seguidamente o rácio entre as remunerações médias do sector «Bancos e outras Instituições Financeiras» em relação às do conjunto da economia:

1971	2.736
1972	2.418
1973	2.401

34. Uma ideia similar, inserida num estudo de outra índole surgiu num estudo a que já fizemos referência: (Santos, 26).

Depois de distinguir os salários na indústria transformadora em três grupos:

* Grupo I (indústrias com salários superiores à média): Bebidas, Tabacos, Metalúrgicas de Base, Construção de Máquinas e Construção de Material de Transporte

* Grupo II (indústrias com salários semelhantes à média): Papel e Artigos de Papel, Borracha e Produtos Químicos

* Grupo III (indústrias com salários inferiores à média): Alimentação, Têxteis, Vestuário, Madeiras e Cortiça, Produtos Minerais não Metálicos e Produtos Metálicos

conclui que o desequilíbrio existente entre elas é estrutural (p. 29), e levanta a hipótese de ser o grupo I a «definir os padrões de comportamento salarial do conjunto» (p.32), acrescentando seguidamente que «numa primeira fase as indústrias líderes impõem aumentos salariais amplamente superiores à média» e «numa segunda fase as restantes indústrias (designadamente as do Grupo III) ensaiarão movimentos de adaptação dos seus salários à nova realidade, por forma a repor a hierarquia antecedente» (p. 36).

35. Nestes dois trabalhos encontramos algumas ideias comuns sobre o problema:

— existem sectores de actividade económica que lideram as *variações salariais*

— esse movimento parte dos sectores melhor remunerados para os de mais baixos níveis salariais.

Cada um dos autores acrescenta um conjunto de especificidades, mas o essencial é que segundo eles:

— existem *variações-líder* salariais

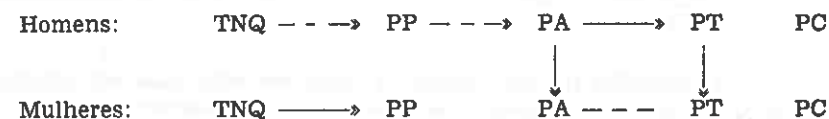
— com uma *estrutura* de propagação sectorial

— com *estabilidade* suficiente para garantir uma corrente de cima (altas remunerações) para baixo.

36. Recentemente, um outro estudo, a que também já fizemos referência (Ribeiro, aavv, 25, 940/946) aborda explicitamente o problema mas com uma ventilação salarial diferente. Também as preocupações de quantificação e de pormenorização são nele bastante vincadas, cujas conclusões principais são as seguintes:

a) Da análise das variações salariais das várias categorias será de admitir como mais provável uma influência das com mais baixos salários para as com mais altos, uma acção «do sopé para o topo» para utilizar a terminologia dos autores;

b) É possível globalmente admitir uma estrutura de propagação do seguinte tipo:



em que TNQ=Trabalhadores não qualificados, PP=Pessoal da produção, PA=Pessoal administrativo, PT=Pessoal Técnico e PC=Pessoal Comercial; as setas indicam o sentido do movimento, sendo as a cheio indicadoras dos movimentos mais significativos.

c) Depois de decompor a indústria transformadora em três grupos, em muitos aspectos similares aos apresentados anteriormente mas por ordem inversa,

* Grupo I: Alimentação, Têxteis, Vestuário e Calçado, Madeira e Cortiça e Mobiliário

* Grupo II: Bebidas, Papel, Tipografia, Curtumes, Borracha, Produtos Minerais não Metálicos, Produtos Metálicos e Transformadoras Diversas

* Grupo III: Químicas, Petróleo, Metalúrgicas de Base, Construção de Máquinas excepto Eléctricas, Máquinas e Material Eléctrico e Material de Transporte,

constata, numa análise mais fina, que no Pessoal não Qualificado e no de Produção «verifica-se que não foram as mesmas actividades que influenciaram a evolução dos salários médios masculinos e femininos» (p. 492) e seguidamente pormenoriza:

«Em relação aos salários femininos, a actividade cuja evolução comandou o da globalidade de qualquer uma daquelas categorias foi o grupo I; mas enquanto para o Não Qualificado, essa posição (...) foi

partilhada com o Grupo II (...), com o qual aliás se encontra relacionado, já para o Pessoal de Produção aquele mesmo grupo colocou-se numa posição isolada. (...). Em relação aos salários masculinos não é possível analisar em simultâneo as duas categorias em questão. Assim, para o Pessoal de Produção, as actividades com forte influência sobre a evolução salarial da categoria foram os grupos III e II. (...). Para o Não Qualificado não existe nenhuma actividade que se possa considerar como predominante dentro da categoria» (p. 942). E na análise para o Pessoal Administrativo.

«categoria que se caracterizou por uma certa uniformidade de evolução salarial entre actividades, o Comércio, a Transformadora e a Construção Civil exerceram conjuntamente uma acção significativa, embora em grau diferente, sobre o crescimento dos salários da categoria, em ambos os sexos. Nos salários médios masculinos assumiu ainda significado os Bancos e Seguros, actividade onde o andamento dos salários médios femininos se processou independentemente dos masculinos» (p. 946).

Este trabalho introduz algumas hipóteses adicionais em relação aos anteriores e especifica certas questões, sendo de ressaltar:

- levanta a hipótese de a dinâmica de variações lider salariais (ou de salários-líder) ser *dos níveis de mais baixa* remuneração para os de mais alta, embora tal regra não seja invariável para as diversas amostras;
- revela que essa dinâmica *não abarca a globalidade* dos salários;
- a estrutura de propagação é extremamente *complexa* e é difícil uma formulação genérica e imutável

e na sequência deste último aspecto acaba por negar o afirmado por Aguiar no trabalho anteriormente citado.

37. Com este conjunto de elementos referidos, estamos, pois, em condições para uma abordagem sistemática sobre este tema, incidindo sobre a sociedade portuguesa recente. É o que vamos fazer nos pontos seguintes.

Estamos conscientes que o estudo que se segue deixa ainda muitas interrogações, existem outras amostras de salários a ensaiar para testar a universalidade da adoptada, mas parece-nos, apesar dessas limitações, ser uma abordagem sistemática que ainda estava por fazer.

Abordagem sistemática do problema para Portugal

38. Nesta abordagem sobre a existência ou não, e, no caso afirmativo, do esboço de estrutura de salários-líder em Portugal vamos proceder por quatro etapas.

Em primeiro lugar precisaremos um conjunto de conceitos, alguns dos quais já anteriormente referidos, para que se possa estabelecer maior rigor de raciocínio nas fases de trabalho subsequentes.

Em segundo lugar chamaremos a atenção para vários resultados econométricos a que se chegou, descritos como se prometeu no início deste trabalho, de uma forma acessível a qualquer leitor.

Em terceiro, ensaiaremos uma interpretação teórica do fenómeno em estudo e integrá-lo-emos no modelo global a que fizemos referência anteriormente.

Finalmente, chamaremos a atenção para os assuntos em aberto, alguns dos quais apenas questionáveis após o trabalho teórico-empírico realizado.

Caracterização

39. Nas páginas anteriores fomos, ao sabor das referências bibliográficas e das temáticas levantadas, precisando o significado de vários conceitos. Convém contudo, aqui, antes dos ensaios empíricos e sua formulação teórica, precisá-los e acrescentar alguns outros.

Dizemos que há um fenómeno de *liderança* salarial quando existe um movimento de difusão, que nunca é instantâneo, um movimento que parte de alguns *núcleos impulsadores* e atinge um certo número de *núcleos receptores*, passando, eventualmente, por *núcleos intermédios*. Estes núcleos podem ser sectores, profissões, regiões ou empresas. Tudo depende do universo salarial por nós considerado e da ventilação que desejamos analisar. Nos ensaios realizados apenas tomamos para núcleos distritos e profissões e as páginas seguintes ocupar-se-ão apenas deste último caso. Também apenas admitimos um elemento por núcleo, numa primeira aproximação, mas nem é a única hipótese nem eventualmente a mais aconselhável em futuros estudos, realizados com um melhor conhecimento prévio do fenómeno.

Os núcleos são conjuntos de salários e, para falarmos em liderança, será de admitir que a totalidade dos salários englobados nos núcleos impulsadores corresponde a menos elementos que os incluídos nos núcleos receptores. Constitui também uma condição do fenómeno a inexistência de elementos comuns nos núcleos impulsadores, intermédios e receptores para cada par de impulsador e receptor. Um exemplo, considerando que os núcleos são constituídos pelos salários de algumas profissões. Nesse caso o fenómeno de liderança exige que o número de salários profissionais que impulsiona o movimento seja menor que o dos que o sofrem em último lugar. Ao mesmo tempo, se a um determinado núcleo impulsador corresponde um receptor, não é de admitir a existência de salários de algumas mesmas profissões em dois quaisquer núcleos (impulsadores, intermédios ou receptores) simultâneos.

Será de admitir que numa determinada estrutura salarial existam salários que não participem do movimento de liderança, sem que isso ponha em causa o fenómeno para o conjunto.

Se o movimento a que temos feito referência é de propagação de um determinado nível salarial, nós estamos em presença da existência de *salários-líder*. Se se refere a variações salariais trata-se de *variações-salariais-líder*. Os dois fenómenos não se excluem: a existência de salários-líder pode ser acompanhada pela de variações-salariais-líder, mas tal ligação é inevitável. Por outro lado, mesmo a concomitância dos dois movimentos pode impor estruturas específicas para cada um deles. Para ilustrar estas situações tomemos um exemplo que, com fortíssima probabilidade não tem qualquer aderência à realidade. Num determinado universo existem quatro núcleos constituídos por salários profissionais ao longo do tempo. No primeiro estão os que são semelhantes ao salário mínimo nacional; no segundo, terceiro e quarto os salários das profissões com remunerações superiores, semelhantes ou inferiores (excluindo os do primeiro) à média salarial do universo. Quando o núcleo I tem uma variação salarial por imposição legal o II, lutando por manutenção da hierarquia em termos relativos impõe aumento percentual semelhante no período seguinte. O grupo IV que pretende aproximar-se do nível de remuneração do grupo II e que para isso impõe aumentos de salários periodicamente, independentemente de variações registadas naquele grupo, impõe em períodos seguintes novos aumentos de remuneração. Neste caso há um fenómeno de liderança em que não participa o grupo III (o que inevitavelmente leva a que periodicamente a constituição deste grupo mude) expresso por variações-salariais-líder indo dos níveis de remuneração mais baixos para os mais altos e salários-líder actuando em sentido inverso.

Quando os núcleos têm ao longo do tempo sempre a mesma estrutura interna, a mesma constituição, estamos perante uma estrutura de propagação *invariável*. No caso contrário, como é óbvio, designamo-la de *variável*. Convirá acrescentar que quando analisamos os salários em Portugal e estabelecemos para cada período a hierarquia dos níveis salariais entre profissões, facilmente constatamos a relativa estabilidade daquela. Já o mesmo não se poderá dizer para a hierarquia das variações salariais. Fenómeno compreensível que tem que ver com a diferença entre manifestações da função valor dos impactos da acumulação sobre a lei do valor, a interligação entre as duas referidas funções e ainda elementos aleatórios. Mas fazêmos-lhe referência aqui para acrescentar que a probabilidade de encontrar uma estrutura propagação invariável é maior para os salários-líder que para as variações-salariais-líder.

Poder-se-ia ainda considerar outros elementos adicionais, mas os referidos aqui são os essenciais e suficientes para compreender o que se segue ⁽¹⁹⁾.

(19) Cabe aqui deixar um agradecimento a Rui Moura e Lagarto pelo apoio que deram na execução de trabalhos informáticos.

Resultados empíricos

40. Como dissemos, vamos referir-nos apenas ao fenómeno de liderança entre salários profissionais.

Para o efeito tomamos como amostra os salários de 60 profissões de trabalhadores por conta de outrem, qualificados, exercendo a sua actividade em Lisboa, repartindo-se por 10 sectores, a saber: Panificação e Pastelaria (3), Fiação e Tecelagem de Algodão e Mistos (11), Fabricação de Malhas (5), Fabricação e Reparação de Calçado e Artigos de Couro (3), Fabricação de Vestuário (4), Mobiliário (6), Tipografia (5), Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (12), Construção (6), Transportes (5). São salários trimestrais indo desde 1961 a 1981, comportando, pois, 84 dados. Obtidos a partir dos Boletins Mensais de Estatística do INE, sofreram, seguidamente, um conjunto de transformações para se adaptarem ao modelo adoptado ⁽²⁰⁾.

Estas séries estatísticas são passivas de várias críticas, quanto à amostra, à metodologia de cálculo, às formas de recolha de dados, etc. O próprio INE reconhece muitas destas observações e está, actualmente, a estudar a montagem de um novo índice. Contudo, pensamos que constituem uma boa base de trabalho. Mais do que isso, é a melhor.

Com efeito, os índices de salários por profissões para a cidade do Porto obedece aos mesmos critérios de construção e referem-se a uma amostra industrial menos significativa. Os dados publicados para o Continente são menos longos e com mais deficiências.

41. O modelo adoptado, apresenta a seguinte lógica ⁽²¹⁾:

- * Se existe uma situação de liderança isso significa que uma alteração do leque salarial num determinado trimestre repercute-se, passado algum tempo, no nível médio salarial;
- * Se é um estreitamento do leque salarial que provoca uma subida do valor médio, estamos perante um movimento de liderança partindo dos níveis inferiores para os superiores, se é um aumento do leque aquela processa-se em sentido inverso;
- * Sendo o trimestre um período de tempo relativamente curto, não será de admitir fenómenos simultâneos; como prazo máximo de desfazamento entre variação do leque e do valor médio admitimos dois anos;
- * A consideração destes fenómenos não exclui a aceitação da existência de outros factores influenciadores do nível dos salários (ou das variações).

(20) Ver Anexo 6.

(21) Para uma análise pormenorizada ver anexo 7.

Inicialmente tentamos verificar a existência do fenómeno de liderança para a globalidade do período anteriormente referido (1961/81) e para 1973/1981. Com esta última consideração visávamos estudar os impactos da Revolução Portuguesa sobre o fenómeno, admitindo que aquela pretendia também corrigir distorções anteriores. Quando pretendemos, posteriormente, articular os fenómenos de liderança com a influência do mercado de trabalho, tivemos que ter como período máximo 1969/81, devido à inexistência de dados sobre o mercado de trabalho para antes do segundo trimestre de 1968.

42. De passagem diremos que estudámos o fenómeno de liderança profissional para o conjunto dos salários e dentro de cada sector de actividade. Esta análise mais limitada teve a vantagem de revelar que os resultados globais reflectem uma situação muito diversificada de sector para sector nos mais diversos aspectos.

Neste trabalho daremos conta apenas dos resultados globais, recorrendo às referências sectoriais apenas para ilustrar mais pormenorizadamente uma ou outra situação.

43. Quer para a hipótese de salários-líder, quer para a de variações-salariais-líder os resultados encontrados apontam global e concludentemente para a superioridade da hipótese da liderança se fazer do *topo para base*. A hipótese inversa só seria de admitir em alguns escassos sectores para alguns subperíodos.

44. Dos ensaios sobre *salários-líder* — tomando, pois, como variável explicada os salários médios — podemos extrair algumas conclusões:

a) O período 1973/81 apresenta-se como aquele em que será de admitir mais fortemente a existência de salários-líder profissionais para o conjunto da economia e grande parte dos sectores.

b) Embora não sendo de excluir a existência de liderança, ela apresenta um reduzido impacto explicativo face a outras eventuais variáveis.

c) Será de admitir que para o período anteriormente considerado, o desfazamento temporal entre a alteração do leque absoluto salarial e o de alteração do salário médio global situa-se entre três e oito trimestres, aumentando a probabilidade de impacto com o aumento do período; este resultado, que não é melhorado pela consideração simultânea de todos eles, é concordante com a existência de núcleos intermédios para além dos impulsionadores e receptores.

É certo que são pouco peremptórias, ficando por saber se tal resulta da própria fragilidade do movimento real, de debilidades do modelo ou, ainda, do facto de se terem tomado para núcleos conjuntos singulares, isto é, cada núcleo seria constituído apenas pelo salário de uma profissão. Contudo, inclinamo-nos para aceitar que os resultados encontrados, reflectem, de algum modo a realidade.

A indefinição quanto ao período de desfazamento mais relevante não nos permite atender com rigor em quanto varia o salário médio quando o leque absoluto salarial varia de uma unidade.

45. Também dos ensaios para a verificação da existência ou não de *variações-salariais-líder* — tomando como variável explicada as taxas centradas percentuais das variações das anuais do salário médio por trimestre — é possível extrair algumas conclusões, aliás mais peremptórias que para o caso anterior:

a) As taxas de variação dos salários de umas profissões exercem uma influência no mesmo sentido sobre as variações salariais de outras nos trimestres seguintes; os mecanismos de liderança apresentam uma importante capacidade explicativa em comparação com outras eventuais variáveis influenciadoras da dinâmica salarial.

b) O período de desfazamento mais frequente é de um trimestre, e também é aquele que, para o conjunto dos salários, conduz a resultados mais significativos; o aumento do período de desfazamento diminui o impacto. Estamos, pois, perante um mecanismo de liderança com grande velocidade de funcionamento.

c) As considerações anteriores aplicam-se à totalidade do período, 1962/81 e para 1973/81, apresentando-se neste último de uma forma particularmente forte.

46. A evidência destes resultados e a sua compatibilidade em termos de variável explicada com o modelo anteriormente designado por curva de Phillips-Lipsey levou-nos a ensaiar a ampliação desta com a introdução de uma variável indicadora do fenómeno de liderança (leque absoluto de variações salariais).

Os resultados encontrados para todo o período e para o referente à Revolução Portuguesa permitem concluir:

a) *As variações-salariais-líder melhoram os resultados obtidos com a tensão do mercado de trabalho e as variações dos preços;*

b) *A probabilidade do leque absoluto de variações salariais influenciar a variação salarial média é comparável à existente para as outras duas variáveis explicativas e, quando se verifica, o impacto é sempre maior que o das outras. Contudo, o próprio leque salarial é influenciado pelas tensões no mercado de força de trabalho, admissivelmente como subproduto do impacto daquele sobre a taxa de variação salarial* ⁽²²⁾.

Contudo, no período 1973/81 a variável indicativa da dispersão de variações salariais acrescenta menos significado à curva de Phillips que para o período 1969/81.

⁽²²⁾ Estes e os resultados anteriormente referidos estão quantificados e justificados no anexo 8.

47. Tirar conclusões sobre a estrutura de liderança torna-se muito mais difícil que concluir pela sua existência, por diversas razões:

a) Os melhores métodos empíricos para a detectarem exigiriam um prévio conhecimento das variáveis explicativas dos salários, o que não temos.

b) Torna-se necessário agregar as profissões em núcleos, devendo estes terem uma coerência interna em face dos objectivos de investigação pretendidos. A partida não possuímos nenhum princípio orientador que nos permita optar por um ou outro dos critérios de agregação possíveis de definir (por sectores, por dinâmica de variação salarial, por importância quantitativa na amostra, por importância quantitativa ou qualitativa do sector, por mobilidade intersectorial, etc.).

Nos ensaios realizados tentámos duas vias: identificar os núcleos com os sectores e com o conjunto de profissões que têm uma dinâmica de variação salarial semelhante. Se o primeiro tipo de agregação levanta problemas, o segundo conduziu a resultados irrelevantes.

c) Se admitirmos que a velocidade de propagação de um trimestre é mais a expressão de um movimento dentro dos sectores que entre profissões de sectores diferentes, o prazo de desfazamento encontrado perde um pouco do seu significado nesta aplicação e acaba por reflectir diversos fenómenos ao mesmo tempo; a determinação conjunta das variações salariais pelas mesmas variáveis explicativas, uma certa inércia de comportamento de cada salário (a variação num trimestre está dependente da variação no trimestre anterior) e, finalmente, da propagação da liderança.

Apesar destas dificuldades da investigação, a que se juntam muitas outras inerentes à própria natureza do fenómeno:

- sua complexidade,
- variabilidade da estrutura de liderança e diversidade de estrutura de liderança de caso para caso,
- secundariedade em relação a outras determinantes das variações salariais,

e da impossibilidade, pois, de conclusões pormenorizadas, é possível extrair algumas conclusões.

Com efeito, é de admitir que:

- a) Um único sector funciona exclusivamente como *impulsionador*. É o sector *Metalúrgico e Metalomecânico*.
- b) Um único sector tem apenas um papel *receptor*: *Panificação e Pastelaria*.
- c) O sector das *Malhas* apresenta uma função *mais impulsionadora que receptora*, acontecendo o *inverso* com a *Tipografia* e os *Transportes*.
- d) Os restantes não apresentam uma função clara.
- e) Nenhum sector se apresenta totalmente desligado da estrutura de liderança.

48. Em síntese, poderemos concluir que existe um movimento de liderança salarial manifestável pela existência de variações-salariais-líder entre profissões das Indústrias Transformadoras, Construção e Transportes, que se apresenta mais claramente no período 1973/1981, eventualmente devido às transformações revolucionárias da sociedade portuguesa.

Embora possuindo uma certa capacidade explicativa da dinâmica salarial global, não será de admitir que tenha uma grande relevância, na medida em que ela própria reflecte a influência de outras variáveis ⁽²³⁾. Na dinâmica salarial de um ou outro sector e, sobretudo, de algumas profissões, já será de atribuir-lhe muito maior capacidade explicativa.

A velocidade de propagação encontrada é bastante elevada, mas não deve ser entendida como fenómeno constante em todas as subamostras, assim como, provavelmente, exprime mais a dinâmica interna a cada sector.

A liderança é de cima para baixo.

Interpretação teórica

49. Torna-se difícil traçar a fronteira entre o fenómeno da liderança e a influência de outras variáveis explicativas da dinâmica salarial, o que em certa medida, reflecte o carácter secundário do fenómeno para a concentração empresarial, a influência dos mercados de trabalho parciais, a especialização laboral e as rupturas da mobilidade da força de trabalho são alguns dos fenómenos que podem ser considerados como estando na base da liderança.

Contudo, todos eles exigem uma determinada organização e manifestação da luta de classes. Por isso consideramos que a estrutura do movimento sindical, os níveis da sua intervenção, a consciência de classe, os mecanismos institucionais da fixação salarial e outros aspectos similares são o essencial na explicação das variações-salariais-líder.

Isto, contudo, não significa que a existência do fenómeno seja uma mera expressão do comportamento dos agentes, de uma atitude de comparação. Longe disso. Assim como a própria estrutura sindical e seu funcionamento é o reflexo da estrutura económica existente no país e região e da história da luta de classes, objectivamente determinada, também, a liderança reflecte múltiplos factores como: importância quantitativa e qualitativa de profissões, conjuntos de profissões e sectores, sua distribuição por ramos, empresas e regiões, níveis de concentração empresarial

⁽²³⁾ Esta conclusão poderia, com razão, chocar o leitor que analisou no anexo a curva de Phillips ampliada pela utilização da variável da dispersão das variações salariais. Por isso acrescentamos aqui uma informação adicional a esses leitores: Para 1969/81 o coeficiente de determinação e o F passam de 0,471 e 20,5 para 0,59 e 21,6 com a introdução de desvio padrão das variações; para 1973/81 passou de 0,68 e 33,6 para 0,72 e 25,6. A significância da nova variável construiu-se na base da diminuição da significância das restantes.

em certos sectores. Assim, por exemplo, a liderança das variações salariais do sector Metalúrgico e Metalomecânico reflecte a grande dimensão de muitas empresas desse sector e a capacidade reivindicativa que tal permite, a presença de trabalhadores metalúrgicos em muitíssimas empresas de outros ramos de actividade, a forma de organização sindical, as tradições históricas de capacidade reivindicativa, etc.

Assuntos em aberto

50. Não será necessário dizer mais para concluirmos que existem muitas coisas que nos são desconhecidas sobre o fenómeno da liderança. Ao longo das últimas páginas fizemos-lhes frequentes referências, para além do facto de que rarissimamente pudemos ser peremptórios nas conclusões extraídas. E todas as interrogações e limitações surgiram apenas no contexto da liderança interprofissional, ficando por estudar muitas outras ventilações: por regiões, por sectores (considerados globalmente), por empresas, por categorias, por sexos, etc.

Mais do que fazer o inventário do muito que ainda haveria a estudar, parece-nos ser mais importante concluir que, para o conjunto da economia, o carácter secundário do fenómeno aconselha a que os esforços de investigação sigam por outros caminhos. Aprofundar muito este fenómeno é mais perdermo-nos por atalhos que rasgar vias explicativas da dinâmica salarial.

Esta é uma conclusão que à partida não poderíamos antever, mas que agora impôs-se fazer.

Sem ser conclusão

51. Todas as referências empíricas feitas ao longo deste trabalho incidiram na explicitação de um ou outro aspecto das funções dos impactos adicionais sobre o preço da força de trabalho e dos impactos da acumulação sobre a lei do valor. Nelas ressaltamos a importância das tensões no mercado de trabalho, da dinâmica dos preços, assim como a influência da concentração industrial e da liderança entre-profissões.

Diversas variáveis da acumulação ficaram por estudar, assim como a totalidade da função valor.

ANEXO 1

Retirado de (Oliveira, aavv, 15)

São os seguintes os resultados utilizando como variáveis explicativas a taxa de variação anual dos preços ($\dot{P}^A$) e do índice de produção industrial geral ($\dot{I}^A$) e como variável explicada a taxa de variação anual dos salários ($\dot{W}^A$) no período 1962/80):

Lisboa

$$\dot{W}^A_t = 1,315 + 0,637 \dot{P}^A_{t-5} + 0,597 \dot{I}^A_{t-12} + e_t$$

(0,627) (4,490) (2,733)

n=19 $R^2=0,649$ $F=14,788$ $DW=1,75$

Porto

$$\dot{W}^A_t = 2,307 + 0,634 \dot{P}^A_{t-5} + 0,574 \dot{I}^A_{t-12} + e_t$$

(0,906) (3,785) (1,986)

n=19 $R^2=0,569$ $F=10,563$ $DW=1,34$

e, substituindo a taxa de variação do índice de produção industrial pela emigração efectiva, em milhares de pessoas (M) obtém-se os seguintes resultados para a cidade do Porto:

1962/1972

$$\dot{W}^A_t = 2,959 + 0,360 \dot{P}^A_{t-2} + 0,0396 M_t + e_t$$

(1,682) (1,849) (2,506)

n=11 $R^2=0,635$ $F=6,971$ $DW=1,42$

1962/1967

$$\dot{W}^A_t = -0,956 + 0,650 \dot{P}^A_{t-2} + 0,0918 M_t + e_t$$

(-0,659) (2,966) (3,775)

n=6 $R^2=0,944$ $F=25,340$ $DW=3,20$

Finalmente, para o período 1968/79 obtiveram-se os seguintes resultados, utilizando o rácio entre a procura e oferta de emprego não satisfeitas no fim do período:

Lisboa

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 2,621 + 1,075 \frac{\cdot A}{t} P - 0,220 \frac{\cdot A}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (0,723) \quad (3,578) \quad (-2,807) \\ n=12 \quad R^2=0,60 \quad F=6,65 \quad DW=1,99 \end{aligned}$$

Porto

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 1,308 + 1,422 \frac{\cdot A}{t} P - 0,360 \frac{\cdot A}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (0,405) \quad (5,226) \quad (-4,379) \\ n=12 \quad R^2=0,76 \quad F=14,38 \quad DW=2,40 \end{aligned}$$

ANEXO 2

Retirado de (Figueiredo, 8)

Regressões com o mercado de trabalho regional para o período 1968/78, sem desfasamento:

Norte

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 3,34 + 1,59 \frac{\cdot MA}{t} P - 0,25 \frac{\cdot MA}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (0,57) \quad (3,45) \quad (-2,12) \\ n=11 \quad R^2=0,60 \quad F=5,97 \quad DW=1,35 \end{aligned}$$

Centro

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 7,44 + 1,19 \frac{\cdot MA}{t} P - 0,35 \frac{\cdot MA}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (2,15) \quad (4,34) \quad (-2,30) \\ n=11 \quad R^2=0,70 \quad F=9,52 \quad DW=2,10 \end{aligned}$$

Lisboa

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 2,09 + 1,59 \frac{\cdot MA}{t} P - 0,37 \frac{\cdot MA}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (0,88) \quad (8,97) \quad (-5,95) \\ n=11 \quad R^2=0,91 \quad F=40,59 \quad DW=2,11 \end{aligned}$$

Sul

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 2,73 + 1,79 \frac{\cdot MA}{t} P - 0,36 \frac{\cdot MA}{t} (\text{DENS/OENS}) + e \\ &\quad (0,64) \quad (4,78) \quad (-2,58) \\ n=11 \quad R^2=0,75 \quad F=12,16 \quad DW=2,50 \end{aligned}$$

com

RA=taxa centrada de variação da remuneração anual

PMA=taxa centrada de variação central anual dos preços no consumidor numa cidade da região (Porto, Coimbra, Lisboa, Évora), partindo das médias aritméticas dos valores mensais

(DENS/OENS)^{MA}=rácio das procuras e ofertas de emprego não satisfeitas do fim do período, anualizado pela média aritmética dos valores em fim de trimestre.

A introdução das variáveis «dummy»

D₁=repressão à luta dos trabalhadores no período 1968/73D₂=revolução portuguesa nos anos 1974/75D₃=políticas de rendimentos (tecto salarial) em 1977/78

para a região Norte, conduz ao seguinte resultado:

$$\begin{aligned} \frac{\cdot A}{t} &= 27,60 + 0,74 \frac{\cdot MA}{t} P - 0,27 \frac{\cdot MA}{t} (\text{DENS/OENS}) - 19,65 \frac{\cdot MA}{t} D_1 + \\ &\quad (2,50) \quad (2,03) \quad (-3,26) \quad (-2,15) \\ &\quad + 8,27 D_2 - 13,10 D_3 + e \\ &\quad (1,49) \quad (-2,81) \\ n=11 \quad R^2=0,98 \quad F=40,47 \quad DW=2,16 \end{aligned}$$

e em regressões do tipo $R = b_0 + b_1 P + b_2 (\text{DENS/OENS})^{\frac{\cdot MA}{t}} + e$ em que o expoente C. indica que se referem a dados do Continente, obtêm-se os seguintes resultados:

Região	b_0	b_1	b_2	R^2 (%)	F	DW
Norte	2,50 (0,48)	1,78 (4,23)	-0,45 (-2,27)	69,11	8,95	1,584
Centro	7,50 (2,09)	1,18 (4,01)	-0,23 (-2,01)	67,40	8,27	1,969
Lisboa	1,17 (0,61)	1,63 (11,23)	-0,40 (-7,60)	94,09	63,65	2,134
Sul	2,01 (0,49)	1,84 (5,10)	-0,40 (-2,85)	77,47	13,75	2,619

ANEXO 4

Retirado de (Pimenta, 19)

Para o período 1861/1898 com dados trimestrais obteve-se o seguinte resultado:

$$\log (\dot{S}P_4 + 14) = 1,62704 + 0,33003 \log (\dot{P}A_4 + 20) + e$$

(6,629) (4,012)

$$N=137 \quad R^2=0,11 \quad F=16,099 \quad DW=1,180$$

e, corrigindo a autocorrelação recorrendo à transformação sugerida por Kadiyala,

$$\log (\dot{S}P_4 + 14) = 2,60858 + 0,18318 \log (\dot{P}A_4 + 20) + e$$

(7,823) (2,108)

$$ro=0,40 \quad N=137 \quad R^2=0,03 \quad F=4,442 \quad DW=1,920$$

em que

$\dot{S}P_4$ = é a taxa de variação do salário dos pedreiros empregues em obras da CMP calculada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e expressa em percentagem (taxa de variação centrada)

$\dot{P}A_4$ = é a taxa de variação do preço médios dos bens consumidos na alimentação popular na cidade do Porto, calculada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e expressa em percentagem (taxa de variação centrada).

a inclusão das constantes 14 e 20 visou a deslocação dos eixos de forma a tornar linearizável a expressão. Não altera o valor do parâmetro da variável explicativa nem o respectivo valor amostral de t, nem ainda a significância global da regressão.

O facto de N ser igual a 137 resulta da eliminação das observações 56 a 60, 96 a 100 e 145 a 149 devido à ausência de informação sobre os salários em alguns trimestres.

ANEXO 5

O referido modelo pode ser esquematizado da seguinte forma:

$$(1) \quad S(t) = v(Q_{-j}, P_{-j}, D_{-j}V_0) + p(C_1, C_2, C_3, C_4) + r(v, p) + E_t$$

S=Salário médio

Q=Quantidades de mercadorias necessárias à produção e reprodução da força de trabalho

P=Preços das referidas mercadorias

Relação salários-preços

ANEXO 3

Valores anuais: variações centradas

Período	N	Tipo de Ajustamento	b1		b2		R ²	F	DW	S média	P média	E s/p
			Parâmetro	t	Parâmetro	t						
1849 - 1898	49	$\dot{S}^{(1)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(1)}$	0,65859	1,129	0,18256	2,425	0,111	5,882	1,895	1,0	1,7	0,31
1875 - 1898	23	$\dot{S}^{(1)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(1)}$	-0,29075	-0,416	0,26025	2,459	0,223	6,026	2,353	-0,1	0,8	-2,08
1885 - 1898	13	$\dot{S}^{(1)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(1)}$	-0,10408	-0,098	0,28086	1,845	0,237	3,407	2,005	0,3	1,5	—
1919 - 1934	15	$\dot{S}^{(2)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(2)}$ (a)	3,07083	0,787	0,78222	5,085	0,665	25,859	2,871	12,9	12,1	0,73
1919 - 1934	16	$(\dot{S}^{(2)})/\dot{S}^{(2)} = b_1 + b_2 (P^{(2)}/\dot{P}^{(2)})$	11,13458	0,782	0,89700	6,639	0,759	44,079	1,578	—	—	—
1938 - 1954	16	$\dot{S}^{(3)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(3)}$ (e)	3,08631	2,154	0,42911	2,111	0,242	4,458	0,557	5,0	4,3	—
1948 - 1964	16	$\dot{S}^{(4)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(4)}$	1,40297	2,079	1,22818	3,388	0,451	11,479	1,796	3,1	1,3	0,52
1961 - 1978	17	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(5)}$	5,34278	3,708	0,48366	4,503	0,575	20,273	1,030	11,0	10,7	0,47
1961 - 1978	17	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(4)}$	4,71736	3,416	0,58579	5,154	0,639	26,562	0,962	11,0	9,8	0,52
1961 - 1968	7	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(5)}$	6,88944	4,319	-0,07816	-0,212	0,009	0,045	0,668	6,3	3,9	—
1961 - 1968	7	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(4)}$	4,14006	2,019	0,67154	1,239	0,235	1,585	0,991	6,3	3,7	—
1961 - 1973	12	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(5)}$	5,19671	3,379	0,55179	2,191	0,324	4,801	1,199	8,6	5,5	—
1961 - 1973	12	$\dot{S}^{(5)} = b_1 + b_2 \dot{P}^{(4)}$	4,03176	3,812	0,77801	4,421	0,662	19,542	1,097	8,6	5,3	0,48

OBSERVAÇÕES

- S(1) Salários dos pedreiros da CMP; S(2) - Índice de salários industriais no Continente; S(3) - Índice médio (ponderado) dos salários nominais (Indústria e Transportes) na cidade de Lisboa; S(4) - Índice médio (ponderado) dos salários (Indústria e Transportes) na cidade de Lisboa; S(5) - Índice global de salários (Indústria e Transportes) em Lisboa;
- P(1) Preços da Alimentação Popular; P(2) - Índice de preços do custo de vida em Lisboa; P(3) - Índice de preços de retalho na cidade de Lisboa;
- P(4) - Índice de preços no consumidor (sem habitação) em Lisboa; P(5) - Índice de preços no consumidor (Alimentação) em Lisboa;
- (a) $\dot{S}_t - (P_t - 1)$ dá piores resultados; (b) S ap foi obtido adoptando o melhor autocorrelativo;
- (1) Significativo a 5 %; (2) não apresenta autocorrelação; (3) teste de ajustamento de um grupo de 6 (v, log y, x, log x, 1/x);
- (c) Utilizando o índice de preços do Continente obtêm-se resultados semelhantes; Elasticidade calculada com base em duas médias de variação.

D=Despesas com serviços não identificáveis com mercadorias
 -j=número de períodos anterior ao início do movimento ($\neq 0$)
 ou início do movimento (j=0) de revelação das variáveis
 V_0 =Conjunto de factores sociais que impedem a redução do
 valor da força de trabalho ao «cabaz»

C_1 =força social do capital

C_2 =intensidade da acumulação capitalista

C_3 =peso dos desempregados na população activa

C_4 =interacção dos três factores anteriores

E=componente aleatória

v=função valor

p=função dos impactos adicionais sobre o preço da força de
 trabalho

r=função dos impactos da acumulação sobre a lei do valor

$$(2) S(t) = S(0) + dS$$

$$(3) v = \sum_{j=0}^{\infty} \left(\left\{ Q_i \right\} - j \cdot \left\{ P_i \right\} - j \cdot \left\{ D_i \right\} - j \right) + V_0$$

$$(4) S(0) = v + E_1$$

$$(5) dS = p + r + E_2$$

$$(6) E_1 + E_2 = E_t$$

$$(7) C_2 = c(C_{21}, C_{22}, C_{23})$$

C_{21} =factores da acumulação que influenciam positivamente a
 dinâmica salarial

C_{22} =factores da acumulação que influenciam negativamente a
 dinâmica salarial

$$(8) C_{23} = h_1 C_{21} + (1 - h_1) C_{22} \text{ com } 0 < h_1 < 1$$

$$(9) C_4 = h_{21} C_1 + h_{22} C_2 + (1 - h_{21} - h_{22}) C_3 \text{ com } 0 \leq h_{21} < 1; 0 \leq h_{22} < 1;$$

$$\text{e } 0 \leq h_{21} + h_{22} \leq 1$$

$$\text{com } dv/dQ > 0; dv/dP > 0; dv/dD > 0; dp/dC_1 < 0; dp/dC_{21} > 0;$$

$$dp/dC_{22} < 0; dp/dC_3 < 0$$

não sendo o impacto das outras variáveis determináveis a priori.

Para terminar convirá referir que a dinâmica interna de cada uma
 das variáveis é específica e a importância qualitativa dos seus impactos
 sobre a variável explicada também.

ANEXO 6

Designemos por «núcleo» todo o subconjunto estruturado em que é
 repartível o nível salarial: sector, profissão, região, empresa. Distingamos
 três tipos de núcleos pela sua função na propagação salarial:

. Núcleos *impulsores*, pontos de partida do movimento:

T com $r=1,2, \dots, i$. Obrigatoriamente $T_r \neq \emptyset$

. Núcleos *intermédios*, pontos de passagem do movimento:

I com $s=1,2, \dots, k$. Possibilidade de $I_s = \emptyset$

. Núcleos *receptores*, pontos de chegada do movimento:

R com $t=1,2, \dots, j$. Obrigatoriamente $R_t \neq \emptyset$

Representemos por $--->$ o movimento, que pode ter dois conteúdos:

. de níveis salariais: $S(t-a) ---> S(t)$ com $a=0,1,2, \dots$

. de variações salariais: $\dot{S}(t-a) ---> \dot{S}(t)$ com $a=0,1,2, \dots$

com uma observação adicional: t é uma variável descontinua e estatística-
 mente indecomponível para além de um certo período.

Diz-se que na dinâmica salarial há *liderança* se, e só se

$$T_i ---> \begin{cases} I_1 ---> \dots ---> I_{k_1} ---> R_1 \\ I_{k_1+1} ---> \dots ---> I_{k_2} ---> R_2 \\ \dots \\ I_{k_d+1} ---> \dots ---> I_{k_e} ---> R_e \\ \dots \\ I_{k_f+1} ---> \dots ---> I_{k_g} ---> R_g \\ \dots \\ I_{k_i+1} ---> \dots ---> I_{k_j} ---> R_j \end{cases}$$

com $(\bigcup_{r=1}^i T_r)$ menos extenso que $(\bigcup_{s=1}^j R_s)$ e $(T_r \cap I_s) \cup (T_r \cap R_t) \cup (I_s \cap R_t) \cup (I_{s1} \cap I_{s2}) = \emptyset$ para cada par de valores de r e t.

Admite-se a possibilidade de $U \cap ((\bigcup_{r=1}^i T_r) \cup (\bigcup_{r=1}^k I_r) \cup (\bigcup_{r=1}^j R_r)) \neq \emptyset$,
 sendo U o conjunto universal da estrutura salarial em análise.

Depois desta definição genérica de liderança convirá precisar alguns
 outros conceitos:

. Se o movimento $--->$ se refere a níveis salariais temos *salá-
 rios-lider*

. Se o movimento $--->$ se refere a variações salariais temos
variações-salariais-lider

. $\forall_{r,s,t} T_r \cap I_s \cap R_t = \emptyset$ estamos perante uma estrutura *unívoca*

. $\exists_{r,s,t} T_r \cap I_s \cap R_t \neq \emptyset$ estamos perante uma estrutura *bionívoca*.

Designando por $T_r(t)$, $I_s(t)$ e $R_t(t)$ os núcleos T_r , I_s e R_t refe-

ridos ao momento t , momento do arranque do movimento no núcleo impulsor, existem duas possibilidades quanto à estabilidade da estrutura:

$$\begin{aligned} \forall_i \quad T_r(t) &= T_r(t+1) && \text{com } r=1,2, \dots, i \\ I_s(t) &= I_s(t+1) && \text{com } s=1,2, \dots, j \\ R_t(t) &= R_t(t+1) && \text{com } t=1,2, \dots, k \end{aligned}$$

significa que a estrutura é *invariável*.

No caso contrário designamo-la de *variável*.

ANEXO 7

A escolha do modelo a adoptar colocou muitos problemas, por diversas razões:

- o total desconhecimento do fenómeno de liderança em Portugal tornava inviável, à partida, a formulação de hipóteses capazes de orientar a escolha do modelo;
- diversos modelos viáveis exigiam o prévio conhecimento das principais variáveis explicativas do nível salarial ou das suas variações relativas, o que não acontece para o nosso país, nomeadamente a nível profissional e com dados trimestrais (isto para além da falta de informação estatística);
- nenhum modelo é suficientemente claro e inequívoco para permitir conclusões seguras.

De uma forma genérica, os modelos a adoptar seriam do tipo:

$$g(S_1) = f(X_1, X_2, T)$$

com $g(S)$ a indicar o nível salarial ou a variação de salários, X_1 expressando variáveis explicativas do nível (dinâmica) salarial em outros núcleos (o que pressupõe, se não houver multicolinearidade entre X_1 e X_2 , uma certa estrutura de propagação) e T exprime variáveis explicativas da existência de mecanismos de propagação.

A utilização de variáveis do tipo X_1 e X_2 , vulgarizadas em trabalhos deste teor, pressupõe um conhecimento prévio das variáveis explicativas e a existência de uma certa pressuposição de quais são os núcleos impulsores.

No nível dos nossos conhecimentos quanto aos salários profissionais tínhamos que nos limitar a utilizar T como variável explicativa, o que à partida, conduz a um modelo relativamente pobre. Desconhecendo-se se existe ou não estrutura de propagação, de como se constituem os núcleos, se no caso de existir a liderança a sua estrutura é invariável ou variável e com quantos períodos de desfasamento actua, não era possível optar, alternativamente ao modelo referido, por sistemas de relacionamento entre salários (variações salariais) — as hipóteses combinatórias eram muitíssimas e só complicaria a leitura dos resultados.

Atendendo a estas limitações, optamos por um modelo do seguinte tipo:

$$g(S) = a_0 + f(t) + h(R) + v(DP)$$

em que $g(s)$ representa o nível salarial ou a sua variação

no modelo utilizado duas hipóteses:

$g(S) = S$ sendo S = Salário médio das categorias consideradas, calculado por média aritmética simples

$g(S) = \dot{S}$ sendo $\dot{S}$ = Taxa de variação centrada em percentagem do salário médio S .

$f(t)$ é uma função do tempo, que visa eliminar o «trend» da variável explicada, admitindo que esta variação estável se deve a outros factores exteriores à propagação.

no modelo ensaiou-se econometricamente três hipóteses:

$$g(S) = b_0 + b_1 t$$

$$g(S) = b_0 + b_1 t^2$$

$$g(S) = b_0 + b_1 t + b_2 t^2$$

e adoptou-se para $f(t)$ a que apresentasse melhores resultados. No caso de nenhuma delas ser significativa fez-se $f(t) = 0$.

$h(R)$ seria uma função de dessazonalização

no modelo experimentaram-se quatro hipóteses:

$$h(R) = c_0 + c_1 R_2$$

$$h(R) = c_0 + c_1 R_3$$

$$h(R) = c_0 + c_1 R_4$$

$$h(R) = c_0 + c_1 R_2 + c_2 R_3 + c_4 R_4 \text{ com } R_i \text{ representando uma variável}$$

«dummy» para o trimestre i . Contudo as regressões com estas variáveis, fazendo $f(t) = v(DP) = 0$ não se mostraram significativas, o mesmo se passando com os respectivos parâmetros. Acrescentando $h(R)$ às restantes funções não melhorava o resultado global e os parâmetros c não eram significativamente diferentes de zero. Optou-se por $h(R) = 0$.

Finalmente, quanto a $v(DP)$, a função mais importante, optou-se por muitas hipóteses, abaixo discriminadas, assinalando-se por (:) as que se mostraram relevantes:

no modelo, para $g(S) = S$ (:) $v(DP) = d_0 + d_1 P_{-k}$	sendo P_{-k} o desvio padrão (não ponderado) dos salários entre profissões para k trimestres anteriores ao salário médio considerado;
(:) $v(DP) = d_0 + d_1 \sum p_i P_{-i}$	em que h são os valores amostrais de t obtidos nas regressões significativas anteriores, em percentagem da sua soma;
$v(DP) = d_0 + d_1 (P_{-k} - P_{-(k-1)})$ $p(DP) = d_0 + d_1 \dot{P}_{-k}$	sendo $\dot{P}$ a taxa percentual de variação centrada;
$v(DP) = d_0 + d_1 V_{-k}$	sendo V_{-k} o coeficiente de variação entre profissões (desvio-padrão sobre a média).
Para $g(S) = \dot{S}$ (:) $v(DP) = d_0 + d_1 PV_{-k}$	sendo PV_{-k} o desvio-padrão simples das variações salariais entre profissões para k trimestres anteriores à variação salarial considerada;
$v(DP) = d_0 + d_1 VV_{-k}$	sendo o VV_{-k} o correspondente coeficiente de variação.

Para finalizar o modelo e a sua utilização, convirá referir que nas taxas de variação salarial ensaiaram-se duas hipóteses:

$$\dot{S}_t = (S_t - S_{t-1}) \cdot 200 / (S_t + S_{t-1})$$

$$\dot{S}_t = (S_t - S_{t-4}) \cdot 200 / (S_t + S_{t-4})$$

Na primeira estamos perante variações trimestrais e, na segunda, variações anuais por trimestre. Os resultados com as primeiras não eram mínimamente satisfatórios, pelo que optamos sempre pela segunda hipótese.

Quanto ao sinal correcto dos parâmetros, bastará apenas aqui referir o de d_1 . Como é óbvio existem quatro possibilidades de sinal entre $g(S)$ e DP :

	$g(S)$	DP	
(1)	+	+	} $d_1 > 0$
(2)	-	-	
(3)	+	-	} $d_1 < 0$
(4)	-	+	

Para o período considerado ou é impossível socialmente ou não se verificam de uma forma generalizada as situações (2) e (4), que seriam exactamente aquelas que não teriam significado para o estudo do fenómeno da propagação. Se $d_1 > 0$ estamos perante uma situação de propagação do topo para a base (a um aumento de dispersão num determinado momento corresponderia, alguns trimestres depois, um aumento do salário médio (variação)). Se $d_1 < 0$ estamos perante uma liderança da base para o topo.

O número de trimestres de desfasamento considerados foi de 1 a 8.

ANEXO 8

Para salários-líder (1973/81)

a) $f(t) = b_0 + b_1 t^2$ com $R^2 = 0,971$.

b) Para desfasamentos entre 3 e 8 trimestres são os seguintes os valores de d_1 , do respectivo valor amostral de t e de R^2 (de $\dot{S} = a_0 + f(t) + V(P)$).

k	d_1	$t(d_1)$	R^2
3	0,83	2,37	0,981
4	1,16	4,10	0,988
5	1,61	7,53	0,994
6	1,73	7,82	0,995
7	1,82	8,69	0,995
8	2,18	8,83	0,995

c) A consideração simultânea dos diversos períodos de desfasamento (existe multicolinearidade entre os salários dos cinco primeiros períodos considerados) conduz ao seguinte resultado:

$$S = 127,004 + 0,195 t^2 + 0,888 \sum_{i=3}^8 p_i P_{-i} + e$$

(7,866) (8,136) (1,933)
 $n=36$ $R^2=0,974$ $F=610,65$ $DW=1,392$

Para variações-salariats-líder

a) Para o período 1962/81 temos $f(t) = b_0 + b_1 t$ com $R^2 = 0,334$. Para 1973/81 $f(t) = 0$.

b) Temos os seguintes valores de d_1 , respectivo valor amostral de t e R^2 para os períodos em que o parâmetro se mostra significativamente diferente de zero a um nível de significância de 5 %.

Período	k	d_1	$t(d_1)$	R^2
1962/81	1	1,95	8,31	0,644
	2	1,48	5,33	0,500
	3	1,02	3,31	0,392
1973/81	1	2,35	6,13	0,533
	2	1,74	3,64	0,293
	3	1,09	2,01	0,116

e para de desfasamento de um trimestre, temos (1962/81)

$$\dot{S} = -5,874 + 0,077 t + 1,952 PV_{-1} + e$$

(−3,126) (3,588) (8,315)

n=79 $R^2=0,644$ $F=68,816$ $DW=0,746$

e, corrigindo a autocorrelação positiva,

$$\dot{S} = -1,184 + 0,122 t + 1,009 PV_{-1} + e$$

(−0,470) (3,190) (3,525)

ro=0,62 n=79 $R^2=0,284$ $F=15,050$ $DW=1,552$

(1973/81)

$$\dot{S} = -3,674 + 2,352 PV_{-1} + e$$

(−1,124) (6,133)

n=35 $R^2=0,533$ $F=37,608$ $DW=0,950$

e, corrigindo a autocorrelação positiva,

$$\dot{S} = 4,319 + 1,411 PV_{-1} + e$$

(1,013) (2,980)

ro=0,53 n=35 $R^2=0,212$ $F=8,878$ $DW=1,626$

A ampliação da curva de Phillips-Lipsey aproveitando os resultados anteriores, conduziu aos seguintes resultados:

(1969/81)

$$\dot{S} = -0,593 - 0,089 (DENS/OENS)_{-3}^{Cont} + 0,384 P + 1,380 PV_{-1} + e$$

(−0,203) (−2,392) (3,310) (3,626)

n=49 $R^2=0,590$ $F=21,624$ $DW=0,871$

e, corrigindo a autocorrelação positiva,

$$\dot{S} = 6,070 - 0,086 (DENS/OENS)_{-3}^{Cont} + 0,305 P + 0,717 PV_{-1} + e$$

(1,614) (−1,775) (2,354) (1,793)

ro=0,56 n=49 $R^2=0,276$ $F=5,723$ $DW=1,637$

(1973/81)

$$\dot{S} = 7,434 - 0,213 (DENS/OENS)_{-2}^{Cont} + 0,406 P + 0,879 PV_{-1} + e$$

(1,550) (−4,094) (3,034) (1,920)

n=34 $R^2=0,719$ $F=25,576$ $DW=1,200$

PV é sensível às tensões no mercado de força de trabalho, a um nível de significância de 5 %, com i a 4 trimestres de desfasamento:

$$PV = f_1 - f_2 (DENS/OENS)_{-k}^{Cont} (f_2 > 0)$$

2	R^2
3	0,139
4	0,166
k	0,204

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGUIAR, Joaquim Augusto
(1) «Estrutura da Distribuição Sectorial das Remunerações»
Revista Bancária n.º 30, Dez. 1972, n. 5-85.
- ALMEIDA, Maria Henriqueta de
(2) Factores Determinantes das Diferenciações Salariais Inter-Indústrias
Série Estudos, n.º 21, 1974, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 70.
- BOYER, Robert, AAVV
(3) Approches de l'inflation: exemple français
1976, Paris, CEPREMAP, 6 vol. pp. 1300.
- CARVALHO, Odete Esteves de
(4) Distribuição e Redistribuição do Rendimento em Portugal — Agricultura e Actividades não-agrícolas
Série Estudos, n.º 32, 1976, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 62.
(5) Remunerações Femininas e diferenciações salariais entre Mulheres e Homens — Estudo Analítico
Série Estudos, n.º 23, 1974, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 92.
- CARVALHO, Odete Esteves de, AAVV
(6) Aspectos da distribuição dos Rendimentos em Portugal
Série Estudos, n.º 43, 1980, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 60.
- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA MÃO-DE-OBRA
(7) Análise e Síntese de Elementos Estatísticos sobre Salários (Disponíveis até 30-6-70)
Colecção «Elementos para uma política de emprego», Série B — Remunerações, n.º 1, s.d., Lisboa, Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra.
- FIGUEIREDO, José António
(8) «Curvas de Phillips Regionais — Relatório de investigação» — dactilografado, 1983, pp. 13
- KEYNES, John Maynard
(9) The General Theory of Employment, Interest and Money — 1957, Londres, MacMillan & Co.
Edição Brasileira: Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, Tradução de Augusto Sousa e Revisão de Nuno Fidelino de Figueiredo, 1957, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, pp. 365.
- LEITÃO, Maria Lúcia, AAVV
(10) Análise das Disparidades Salariais no Pós-25 de Abril — Colecção Estudos para o Desenvolvimento, n.º 8, 1982, Lisboa, Moraes Editores/I.E.D..

- LIPSEY, Richard G.
(11) «The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis»
Económica, 1960, p. 1-31.
- MARCELINO, Aida Mara, AAVV
(12) Análise das Diferenciações Salariais no Continente (Jan.-74/Jan.-75) — Série Estudos, n.º 34, 1977, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 83.
- MOREIRA, Isaura, AAVV
(13) «A Regulamentação Colectiva de Trabalho: Alguns Aspectos e sua Evolução nos Últimos Anos»
Comunicação à Conferência do CISEP, in Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa, Vol. II, 1983, Lisboa, p. 961-988.
- MURTEIRA, Mário
(14) A Determinação do salário na Indústria
1968, Lisboa, Moraes Editora, pp. 225.
- OLIVEIRA, Mendes, AAVV
(15) «Algumas Primeiras Apreciações e Quantificações sobre a Aplicabilidade da Curva de Phillips Nacional e Regional na Economia Portuguesa»
in Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto), Série Estudos Urbanos e Regionais, n.º E28, 1983, Lisboa, IACEP.
- PHILLIPS, A. W.
(16) «The Relation Between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957»
Económica, 1958, p. 283-299.
- PIMENTA, Carlos
(17) «Concentração e Salários — Alguns dados»
Revista Técnica do Trabalho, n.º 9/10,
(18) «Força de Trabalho e Trabalho»
Revista Técnica do Trabalho, n.º 2, 1979, Dezembro, p. 115-158.
(19) «Salários e Preços no Século XIX em Portugal - Análise Económica»
Revista de Economia da Faculdade de Direito de Coimbra, 1984
(20) «Os Salários na Região Norte — Conhecer para Transformar»
Cadernos de Ciências Sociais, n.º 2, Out. 1984
- PIMENTA, Carlos, AAVV
(21) «A Curva de Phillips em Portugal: Primeiros Ensaio de um Modelo Global»

- Comunicação à Conferência do CISEP, in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Vol. II, 1983, Lisboa, ISE, p. 989-1006.
- (22) «Notas sobre a Evolução Recente da Partilha do Rendimento entre Capital e Trabalho
Revista Técnica do Trabalho, n.º 3, 1980, Março, p. 95-154.
- (23) «Síntese do Significado Económico, Económico e Político da Curva de Phillips na sua Versão Inicial e Posteriores Desenvolvimentos. Explicitação das Suas Hipóteses e das Condicionantes Económico-Sociais à sua Verificação»
in *Curva de Phillips em Portugal (Lisboa e Porto)*, Série Estudos Urbanos e Regionais, n.º E28, 1983, Lisboa, IACEP.
- (24) «Tópicos de Pesquisa sobre a Problemática, Monopolização e Salários»
dactilografado, 1983, pp. 23.
- RIBEIRO, Maria Eduarda, AAVV
- (25) «Algumas Reflexões sobre a Dinâmica dos Salários de Base em Portugal (1974-1981)»
Comunicação à Conferência do CISEP, in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Vol. II, 1983, Lisboa, ISE, p. 915-960.
- SANTOS, Albano
- (26) O Salário na Indústria Transformadora — Ensaio
Série Estudos, n.º 41, 1980, Lisboa, Ministério do Trabalho, pp. 166.
- SILVA, Manuela
- (27) «Contribuição ao Estudo da Estrutura do Salário na Indústria Transformadora Portuguesa»
Revista do Centro de Estudos Económicos - INE, n.º 17, 1957.
- VIZEU, Maria Clementina
- (28) «Contribuições da Teoria Económica para a Política Anti-Inflacionista»
Tese de Doutoramento em Economia, ISE, policopiado, 1979.